Digitally signed by EVERALDO DE FRANCA BARBOZA JUNIOR:01257901125
Date: 2016.05.13 15:38:56 BRT

Diário da Assembleia

ÓRGÃO DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE GOIÁS

ANO LXXVII GOIÂNIA, QUINTA-FEIRA, 05 DE MAIO DE 2016 NUM.: 12.383

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 05 DE MAIO DE 2016

PRESIDENTE: Helio de Sousa/Nédio Leite.
1º SECRETÁRIO: Henrique Arantes.
2º SECRETÁRIO: Lincoln Tejota.

COMPARECERAM OS SEGUINTES SENHORES DEPUTADOS: - Álvaro Guimarães, Bruno Peixoto, Charles Bento, Cláudio Meirelles, Delegada Adriana Accorsi, Diego Sorgatto, Dr. Antonio, Eliane Pinheiro, Ernesto Roller, Francisco Jr, Francisco Oliveira, Gustavo Sebba, Helio de Sousa, Henrique Arantes, Humberto Aidar, Iso Moreira, Jean, José Nelto, José Vitti, Júlio da Retífica, Lincoln Tejota, Lissauer Vieira, Luis Cesar Bueno, Major Araújo, Manoel de Oliveira, Marquinho Palmerston, Nédio Leite, Paulo Cezar, Renato de Castro, Santana Gomes, Sérgio Bravo, Simeyzon Silveira, Talles Barreto, Valcenôr Braz, Virmondes Cruvinel e Zé Antônio.

O SR. PRESIDENTE: - Sob a proteção de Deus, havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão.

Convido o Senhor Deputado Lincoln Tejota para fazer a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada.

(O SENHOR DEPUTADO LINCOLN TEJOTA PROCEDE À LEITURA DE TRECHO DA BÍBLIA SAGRADA)

O SR. PRESIDENTE: - Com a palavra o Senhor 2º Secretário para proceder à leitura das Atas das Sessões anteriores.

(O SENHOR 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DAS ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES)

O SR. DEPUTADO NÉDIO LEITE: - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE: - Está com a palavra, pela ordem, o nobre Deputado Nédio Leite.

O SR. DEPUTADO NÉDIO LEITE: - Senhor Presidente, pedi para justificarem a minha ausência ontem, pois eu estava acompanhando o Prefeito ao TCU, em Brasília.

O SR. PRESIDENTE: - Perfeitamente, Deputado.

Solicito que a Ata seja retificada neste momento, colocando que o nosso 1º Vice-Presidente, Deputado Nédio Leite, não esteve presente na Sessão de ontem, pois estava em trabalho no Tribunal de Contas da União.

Com essa modificação está em votação a Ata que acaba de ser lida. Encerrada. Os Senhores Deputados que estiverem de acordo permaneçam como estão. APROVADA.

Com a palavra o Senhor 1º Secretário para proceder à leitura da matéria constante do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO: - Antes de fazer a leitura do Expediente, gostaria de citar a presença honrosa do maratonista Tito Sena, Medalhista Olímpico, que abrilhanta esta Sessão. Ele conduzirá também a Tocha Olímpica no dia de hoje.

Processo nº 1.297/16, da Governadoria do Estado de Goiás - Veto Integral, veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 56, de 6 de abril de 2016, referente ao Processo nº 2015003795.

O SR. PRESIDENTE: - À publicação e, posteriormente, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

O SR. 1º SECRETÁRIO: - Processo nº 1.298/16, da Governadoria do Estado de Goiás - Veto Integral, que veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 71, de 7 de abril de 2016, referente ao Processo nº 2014002931.

O SR. PRESIDENTE: - À publicação e, posteriormente, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

O SR. 1º SECRETÁRIO: - Processo nº 1.299/16, da Governadoria do Estado de Goiás - Veto Integral, que veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 72, de 7 de abril de 2016, referente ao Processo nº 2014003066.

O SR. PRESIDENTE: - À publicação e, posteriormente, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

O SR. 1º SECRETÁRIO: - Processo nº 1.300/16, da Governadoria do Estado de Goiás - Veto Integral, que veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 73, de 7 de abril de 2016, referente ao Processo nº 2014003323.

O SR. PRESIDENTE: - À publicação e, posteriormente, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

O SR. 1º SECRETÁRIO: - Processo nº 1.316/16, da Governadoria do Estado de Goiás - Veto Integral, que veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 52, de 6 de abril de 2016, referente ao Processo nº 2015003791.

O SR. PRESIDENTE: - À publicação e, posteriormente, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

O SR. 1º SECRETÁRIO: - Processo nº 1.317/16, da Governadoria do Estado de Goiás - Veto Integral, que veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 59, de 6 de abril de 2016, referente ao Processo nº 2015003879.

O SR. PRESIDENTE: - À publicação e, posteriormente, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

O SR. 1º SECRETÁRIO: - Processo nº 1.318/16, da Governadoria do Estado de Goiás - Veto Integral, que veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 60, de 6 de abril de 2016, referente ao Processo nº 2015004062.

O SR. PRESIDENTE: - À publicação e, posteriormente, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

O SR. 1º SECRETÁRIO: - Processo nº 1.319/16, da Governadoria do Estado de Goiás, que veta parcialmente o Autógrafo de Lei nº 74, de 07 de abril de 2016, referente ao Processo nº 2014003865.

O SR. PRESIDENTE: - À publicação e, posteriormente, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

O SR. 1º SECRETÁRIO: - Processo Legislativo 2016001320, da Governadoria do Estado de Goiás, que veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 77, de 14 de abril de 2016, referente ao Processo nº 2016000734.

O SR. PRESIDENTE: - À publicação e, posteriormente, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

O SR. 1º SECRETÁRIO: - Era somente esse o Expediente, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE: - Encerrado o Expediente, o momento é oportuno para Apresentação de Matérias.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o nobre Deputado Humberto Aidar.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO AIDAR: - Senhor Presidente, pedi a palavra, pela ordem de inscrição, para encaminhar à Mesa o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, destinada a investigar irregularidades na prestação do serviço de Transporte Rodoviário Intermunicipal de passageiros, consistentes na prestação do serviço por empresas sem a devida concessão, permissão ou autorização e de forma clandestina.

O SR. PRESIDENTE: - Perfeitamente, Deputado. Solicito à assessoria que receba o relatório referente à CPI dos Transportes, que transitou e foi trabalhada nesta Casa.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o nobre Deputado Álvaro Guimarães.

O SR. DEPUTADO ÁLVARO GUIMARÃES: - Senhor Presidente, pedi a palavra, pela ordem de inscrição, para devolver os Processos nº 2015003221, 2015004064, 2015004174, 2016000428, 2016000618, 2016000619, 2016000880, 2016000916, 2016000917, 2016000930, 2016000937, 2016000967, 2016001022, 20160001029, 2016001033 e 2016001139, apreciados pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Se for possível, que Vossa Excelência consulte o Plenário para que possamos colocá-lo em votação ainda nesta Sessão.

Pedi a palavra, pela ordem, também para apresentar dois requerimentos devidamente formalizados.

(TRANSCREVAM-SE OS REQUERIMENTOS Nº 651 E 652)

O SR. PRESIDENTE: - Com a palavra, pela ordem de inscrição, o nobre Deputado Francisco Júnior.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO JÚNIOR: - Boa tarde Presidente; Colegas.

Senhor Presidente, pedi a palavra, pela ordem de inscrição, para devolver à Mesa os Processos

nº 2015003139 e 2015003714, apreciados e votados na Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE: - Perfeitamente, Deputado.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o nobre Deputado Lincoln Tejota

O SR. DEPUTADO LINCOLN TEJOTA:- Boa tarde, Senhor Presidente; Deputado Henrique Arantes; Assessores; Imprensa.

Senhor Presidente, vim apresentar um projeto de lei devidamente formalizado.

(TRANSCREVA-SE O PROJETO DE LEI Nº 153)

O SR. PRESIDENTE: - Perfeitamente, Deputado.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o nobre Deputado Manoel de Oliveira.

O SR. DEPUTADO MANOEL DE OLIVEIRA: - Senhor Presidente, pedi a palavra, pela ordem de inscrição, para apresentar à Mesa um projeto de lei devidamente formalizado.

(TRANSCREVA-SE O PROJETO DE LEI Nº 154)

O SR. PRESIDENTE: - Perfeitamente, Deputado.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o nobre Deputado Zé Antônio.

O SR. DEPUTADO ZÉ ANTÔNIO: - Boa tarde, Senhor Presidente. Pedi a palavra, pela ordem de inscrição, para apresentar à Mesa um requerimento devidamente formalizado.

(TRANSCREVA-SE O REQUERIMENTO Nº 631)

O SR. PRESIDENTE: - Com a palavra, pela ordem de inscrição, a nobre Deputada Delegada Adriana Accorsi.

A SRA. DEPUTADA DELEGADA ADRIANA ACCORSI: - Senhor Presidente, pedi a palavra, pela ordem de inscrição, para apresentar à Mesa um requerimento devidamente formalizado.

(TRANSCREVA-SE O REQUERIMENTO Nº 632)

O SR. PRESIDENTE: - Com a palavra, pela ordem de inscrição, o nobre Deputado Dr. Antonio.

O SR. DEPUTADO DR. ANTONIO: - Senhor Presidente, pedi a palavra, pela ordem de inscrição, para apresentar à Mesa alguns requerimentos e um projeto de lei devidamente formalizados.

(TRANSCREVAM-SE OS REQUERIMENTOS Nº 633 A 637 E O PROJETO DE LEI Nº 152)

O SR. PRESIDENTE: - Com a palavra, pela ordem de inscrição, o nobre Deputado Henrique Arantes.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE ARANTES: - Senhor Presidente, pedi a palavra, pela ordem de inscrição, para apresentar à Mesa um requerimento e um projeto de lei de autoria do Deputado Helio de Sousa devidamente formalizados.

(TRANSCREVAM-SE O REQUERIMENTO Nº 650 E O PROJETO DE LEI Nº 151)

O SR. PRESIDENTE: - Com a palavra, pela ordem de inscrição, o nobre Deputado Bruno Peixoto.

O SR. DEPUTADO BRUNO PEIXOTO: - Senhor Presidente, pedi a palavra, pela ordem de inscrição, para apresentar à Mesa vários requerimentos devidamente formalizados.

(TRANSCREVAM-SE OS REQUERIMENTOS Nº 638 A 649)

O SR. PRESIDENTE: - Com a palavra, pela ordem de inscrição, o nobre Deputado Luis Cesar Bueno.

O SR. DEPUTADO LUIS CESAR BUENO: - Senhor Presidente, pedi a palavra, pela ordem de inscrição, para apresentar à Mesa um projeto de lei devidamente formalizado.

(TRANSCREVA-SE O PROJETO DE LEI Nº 155)

O SR. PRESIDENTE: - Com a palavra, pela ordem de inscrição, o nobre Deputado Virmondes Cruvinel.

O SR. DEPUTADO VIRMONDES CRUVINEL: - Senhor Presidente, pedi a palavra, pela ordem de inscrição, para apresentar à Mesa um projeto de lei devidamente formalizado.

(TRANSCREVA-SE O PROJETO DE LEI Nº 156)

O SR. PRESIDENTE: - Há uma solicitação do Deputado Álvaro Guimarães para que os projetos de lei devolvidos nesta tarde sejam colocados na pauta da Ordem do Dia desta mesma tarde.

A nossa Assessoria comunica que hoje entraremos na votação dos vetos.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE: - Com a palavra, pela ordem, o nobre Deputado Talles Barreto.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Quero solicitar, Senhor Presidente, que seja convocada a Comissão Mista após a Ordem do Dia. Temos alguns projetos desde a semana passada para que sejam colocados em votação e os distribuiremos hoje.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Senhores Deputados, há uma solicitação do nobre Deputado Talles Barreto, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para que após a Ordem do Dia sejam convocadas a Comissão Mista e de Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Os Senhores Deputados que aprovarem queiram ficar como estão. APROVADO.

O momento ainda é oportuno para Apresentação de Matérias. Encerrado. O momento é oportuno para o Pequeno Expediente. Há oradores inscritos. Com a palavra, para o Pequeno Expediente, a nobre Deputada Delegada Adriana Accorsi, pelo prazo de cinco minutos, sem apartes.

A SRA. DEPUTADA DELEGADA ADRIANA ACCORSI:- Boa tarde, Senhor Presidente; Boa tarde a todos os colegas Deputados; Boa tarde a todos os amigos que nos acompanham nesta tarde, sejam bem-vindos; A todos os trabalhadores da Assembleia e aos que nos assistem em casa pela "TV Assembleia".

Gostaria, primeiramente, de fazer um agradecimento especial a todos os colegas Deputados e Deputadas que manifestaram solidariedade a minha família em relação ao fato ocorrido no início dessa semana, em que fomos objeto de um ato de violência em nossa residência. Em especial na pessoa do Presidente, Dr. Helio, que foi o primeiro colega Deputado a falar comigo por telefone e pessoalmente, que nos manifestou essa solidariedade.

Mas, gostaria de agradecer o apreço dos meus colegas policiais civis e militares, e de forma especial todas as pessoas que manifestaram por telefone, nas redes sociais, sinais de apresso a nossa família.

A minha família viveu uma situação de violência no último dia 2, em nossa residência, quando foi invadida por assaltantes, mas esse fato acontece com outras famílias no Estado de Goiás todos os dias. São dezenas de famílias, de pessoas, de transeuntes atacados diariamente no Estado de Goiás.

Então, esse fato aconteceu comigo na noite do dia 2, mas acontece com outras mães que são chefes de família como eu, que vivem sozinhas com seus filhos, com pais e mães de família, todos os dias. Como policial nós temos o treinamento que nos permite diferenciar o momento de reagir e o momento de acalmar os assaltantes. E felizmente tivemos esse discernimento, assim como orientamos todas as pessoas que não têm o treinamento adequado que não reajam, que procurem ficar calmas e que possam passar por aquele momento e chegar vivos ao seu final, como, graças a Deus e a nossa tranquilidade, isso aconteceu em nossa família.

Mas eu gostaria de colocar que não é momento de fazer politicagem, mas é o momento de aprender lições. Aos colegas, aqui, eu tenho colocado, junto com o Major Araújo, inclusive em quase todas as Sessões, a importância da questão da Segurança Pública, hoje, no Estado de Goiás.

Também não quero fazer o discurso fácil que eu tenho visto, inclusive nas redes sociais, de que a culpa é exclusiva do Governador ou do Prefeito de Goiânia, ou ainda, do Partido dos Trabalhadores.

Acho que nós temos que ir além disso e sermos responsáveis aqui como líderes desta Casa. Todas as autoridades do Estado de Goiás e do Brasil. A questão da Segurança Pública está dessa forma, e hoje extrapola a questão da segurança. Porque muitos ainda acreditam que ela só existe em termos de arma de fogo e algema. E nós temos que ter a consciência de que existe historicamente em Goiás e no Brasil um desrespeito ao assunto da Segurança Pública, um desrespeito aos trabalhadores da Segurança Pública. E é por isso que hoje nós estamos nessa situação.

Aconteceu comigo no dia 2, com a minha família, na minha residência, mas acontece com outros pais de família todos os dias. Um delegado de polícia foi assassinado há cerca de dois meses aqui em Goiânia, o Doutor Célio, policial civil, foi assassinado. Policial militar, policial federal assaltado. Isso acontece todos os dias. E nós temos que usar esses momentos infelizes para que a gente possa melhorar a situação da segurança em Goiás. Para que possamos nos unir como cidadãos para ter um Estado onde o policial seja valorizado, tenha estrutura para servir a população e proteger as nossas famílias, e a família do policial também. Mas mais do que isso, para que nós tenhamos políticas públicas de prevenção à violência. Porque não adianta só prender as pessoas, tanto está provado que nós somos o quarto país em pessoas encarceradas do mundo.

Nós temos que ter políticas públicas de prevenção à violência, de ressocialiação, principalmente de jovens que se envolvem na criminalidade, para que a gente possa, de fato, ter um Estado mais seguro.

E eu gostaria de dizer também que acredito que é hora dos Prefeitos Municipais também contribuírem com a segurança. E todos sabem que eu sou pré-candidata à Prefeitura de Goiânia, e não é esse fato que vai me desencorajar. Muito pelo contrário. Assim como mãe, como cidadã, como pessoa que quer uma cidade mais segura acho, também, que é o momento de a gente discutir a contribuição dos Municípios junto ao Estado, em parceria, para que a gente possa ter uma cidade onde se possa, de fato, ser feliz. Onde a gente possa criar nossa família com dignidade.

Então, acho que todos nós aqui temos que pensar nisso. Quem mora em condomínio, às vezes, acha que está seguro, mas o seu filho também vai à faculdade ou ao restaurante. Todos nós temos que pensar nisso para não passarmos pelo mesmo que eu passei...

(TEMPO REGIMENTAL ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra, para o Pequeno Expediente, o nobre Deputado Manoel de Oliveira, pelo prazo de cinco minutos, sem apartes.

O SR. DEPUTADO MANOEL DE OLIVEIRA:- Senhor Presidente; Senhoras Deputadas; Senhores Deputados; Telespectadores da "TV Assembleia".

Estou chegando aos meus 75 anos, faltando 25 anos para o centenário, e pelo andar da carruagem estou achando que chego lá. Mas desde que nasci, que tive uma noção das coisas, eu já ouvia falar que o País mais rico do mundo era o Brasil. E desde aquela época, em 1500, que se rouba neste País, e roubam muito. Começou com os portugueses que levavam os navios cheios de ouro, sacrificando o povo brasileiro.

Quero dizer que a gente está sentindo, o povo brasileiro está se sentindo um pouco aliviado depois da ladroagem. E ainda criança, na escola, no primário, eu li um conto: Ali Babá e os quarenta ladrões. Hoje, com o crescimento da população e da roubalheira, seria Ali Babá e os quatrocentos ladrões. Estou dizendo isso porque um deles foi hoje afastado pela Justiça deste País, o que já deveria ter acontecido há muito tempo. Nem poderia ter presidido a Sessão do impeachement, onde ele foi chamado de ladrão durante todo o tempo.

Agora, o que nos preocupa é que até agora a gente está ouvindo de pessoas acusadas de participar desse mundo sujo da Lava Jato, essas pessoas poderão ser aproveitadas no Governo de Michel Temer. Ainda porque, até o presente momento, nessa saraivada de balas contra esses corruptos do colarinho branco, a ele, Michel Temer, não apareceu nada. Muito embora ele andasse na garupa do Governo que está prestes a sair. O que nos entusiasma e nos dá realmente certo alívio e esperança, ao povo brasileiro, é que aquilo que eu achava que deveria ser feito, a união da maioria dos partidos, a união da maioria dos políticos para que nos pudéssemos consertar o que veio acontecendo no Brasil até o presente momento. E essa união aconteceu.

Agora, quem vai assumir o poder são os 367 Deputados que terão a responsabilidade de mudar a situação deste País. Ou eles mudam a situação em dois anos ou vão encerrar suas carreiras políticas, porque o povo não vai tolerar o que está tolerando até agora.

Olha outra coisa: é agora, é só agora que se rouba neste País? Não é. Por que só agora a Polícia Federal, o Ministério Público, o Judiciário entraram em cena e conseguiram desmascarar essa quadrilha, chamada "Quadrilha do Petrolão"? Por quê? O que acontecia antes? Inclusive no período da ditadura, porque em certo momento da ditadura se roubava mais do que se podia imaginar. Era assim mesmo, eu vivi esses momentos.

Vamos agora torcer para que não haja briga neste exército de hoje que está no Congresso Nacional em favor do Brasil, e não em favor de partidos políticos e de políticos, pessoalmente. Aqueles que querem para si os benefícios de uma história que eles ajudaram a destruir. Eles têm por obrigação hoje, o político brasileiro quer assumir o poder, tem que realmente mudar a história deste País de ontem para hoje, ou então de hoje para ontem.

O SR. PRESIDENTE:- Tem a palavra para o Pequeno Expediente, o nobre Deputado Simeyson Silveira.

O SR. DEPUTADO SIMEYZON SILVEIRA:- Senhor Presidente, boa tarde; Boa tarde Senhoras e Senhores Deputados; Todos que estão conosco pela "TV Assembléia", sejam muito bem-vindos a nossa Sessão de hoje.

Mas creio também, Senhor Presidente, que hoje é um dia importante para o Brasil. E também nós, que fazemos parte da classe política, temos que pontuar algumas questões como, por exemplo, o que acontece hoje com o afastamento do Eduardo

Cunha, que também é um momento importante para o País. Eu já dizia aqui, ainda quando discutíamos o processo de impeachment da Dilma, que seria importante que a porta que fosse aberta para que a Dilma saísse e que tomasse o rumo dela, que por essa mesma porta que está saindo a Dilma, que também saia o Cunha, que também saia o Temer e toda essa corja que formou esse modelo político no Brasil, que faliu o Brasil e que está trazendo o Brasil novamente a números que nós tínhamos na época do Governo Sarney, Deputado Manoel de Oliveira.

O Brasil está entrando num tempo de desemprego e de número de desempregados que só tínhamos na época do Governo Sarney. Então, a regressão que o Brasil teve nesses últimos anos, oriunda desse modelo criado no Brasil, é algo que nós vamos demorar mais uma geração inteira para voltar ao patamar em que nós estávamos. Então, que essa mesma porta aberta para a Dilma, que também entre nessa mesma porta aí, seja por cassação, por impeachment ou pelas vias judiciais, mas que todo esse grupo siga o mesmo caminho da Presidenta Dilma, que possam fazer na mesma matula a saída e que nós possamos vislumbrar alguma coisa nova.

Infelizmente, hoje, nós não temos no Brasil uma liderança que você possa olhar e dizer: olha, esse é um caminho interessante. Infelizmente, nós não temos, mas nós temos que ver, e é bom ver a Justiça sendo feita também para os grandes, como nós estamos vendo sendo feita com relação a Eduardo Cunha. Então, eu julgo importante.

Eu julgo o dia de hoje um dia importante para o Brasil e acho importante pontuar isso aqui. Acho até que o Eduardo Cunha foi importante, foi um mal necessário para o Brasil, no momento do impeachment, porque para mexer com bandido tem que ser bandido, então ele tinha as armas, as ferramentas corretas, e creio que foi um mal necessário.

Mas, agora que já passou o processo, que ele vá também, siga o seu caminho e deixe o Brasil voltar a buscar um caminho de crescimento, buscar um caminho que possa estar compatível e à altura do povo brasileiro. Então, eu quero aqui pontuar essa questão de que acho um dia importante hoje. Tão relevante quanto a cassação da Dilma também é o afastamento do Eduardo Cunha.

Quero também salientar a importância da passagem, hoje, da tocha olímpica pelo Estado de Goiás. Nós estamos vendo o centro parado, hoje vai ser um dia de alguns transtornos com relação ao trânsito. Mas, eu julgo que uma ação como essa coloca o Estado de Goiás na vista do Brasil todo e do mundo inteiro. É importante mostrar as nossas belezas, as nossas riquezas, o nosso povo. Como Presidente da Comissão de Turismo julgo que essa é uma ação importante porque divulga gratuitamente o Estado de Goiás para o mundo inteiro, principalmente a beleza do nosso Estado, a força do nosso povo em um evento grandioso como são as Olimpíadas. Então, que o dia de hoje seja para mostrar o Estado de Goiás para o mundo. Espero que a passagem da tocha pelo Estado seja rica para todos nós, seja uma grande festa e que seja também de divulgação do Estado de Goiás.

Parabéns a cada cidade que está recebendo a tocha olímpica, encerra, hoje, aqui em Goiânia. Ontem, trouxemos um atleta que vai carregar a tocha olímpica, não teve Sessão e não tivemos como apresentá-lo, um dia importante para o Estado e para a cidade de Goiânia.

Por isso, parabenizamos o Estado...

(TEMPO REGIMENTAL ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra, para o Pequeno Expediente, o nobre Deputado Nédio Leite, pelo prazo de cinco minutos, sem apartes.
O SR. DEPUTADO NÉDIO LEITE:- Senhor Presidente; Senhores Deputados; Profissionais da imprensa e telespectadores da “TV Assembleia”.

O motivo da minha vinda a esta tribuna é para fazer um agradecimento especial à Secretária da Cidadania Leda Borges. Hoje, ela levou para a minha cidade de Jaraguá a implantação do “Programa Ação Cidadã”, um programa de grande relevância para o cidadão, na abertura tinha aproximadamente mil pessoas.

Então, é um movimento que vai trazer uma grande expectativa para as pessoas que necessitam da Secretaria da Cidadania, tirar vários documentos, reunião com o pessoal dos programas sociais, a OVG apresentará os seus programas, a prefeitura municipal, através do Prefeito Ival, participará com os programas da prefeitura. Hoje e amanhã serão dois grandes dias para aquelas pessoas que necessitam regularizar sua situação documental.

Mas vejo que passamos vários dias aqui, na Assembleia, tendo questionamentos sobre a administração do nosso Governador e sobre a administração do Governo Federal. Eu acredito que a crise é mais política do que administrativa, porque o nosso Governador Marconi Perillo tem feito o dever de casa. Hoje, quem anda pelo Estado de Goiás

pode ver que se reiniciaram as frentes de serviço em quase todas que estão paralisadas. Nós vimos, indo daqui para Jaraguá, tem a duplicação da GO 080, que está a todo vapor ali trabalhando.

Temos o Programa do "Cheque Reforma" que tem, há aproximadamente uns vinte dias, que estamos marcando todos os finais de semana e todos os inícios de semana, nas sextas, sábados e segundas-feiras, entregas de cheques-reforma nos municípios, principalmente nas bases onde eu represento.

Então, o governo não está parado. Ele está fazendo o seu dever de casa dando continuidade nas suas obras, como disse nosso Presidente da AGETOP, que não tem obras novas – realmente não tem – mas as que têm estão dando segmento. Eu fico muito feliz porque temos, em nossa cidade, muitas obras em andamento. Tivemos na segunda-feira uma reunião com a Cia. do Colégio Militar. Estivemos com o Capitão Costa e fizemos uma audiência pública com o pessoal da nossa cidade, na qual participaram aproximadamente 500 pessoas. E foi unânime a aprovação daquela assembleia para a instalação do colégio militar em nossa cidade.

Nosso hospital, que é um sonho de toda aquela comunidade e da região, hoje mesmo já está preparado para o chamamento das OSs. E assim o hospital já foi estadualizado para o Estado de Goiás.

Acredito que vai ser uma solução para as prefeituras daquela região. Não só para a prefeitura de nossa cidade, mas para toda a região do Vale do São Patrício. Lá vai haver um hospital regional sendo gerenciado pelas OSs as quais têm a aprovação dos pacientes assistidos pelos hospitais do Estado de Goiás. Eu fico feliz por estar cumprindo nossos compromissos de campanha. O Governador está atento a tudo o que ele se comprometeu ali na nossa região e no Estado de Goiás.

Finalizo, mais uma vez, agradecendo a nossa Secretária de Cidadania, Leda Borges, pela atenção que tem nos dado em sua Secretaria.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE: - Tem a palavra o Sr. 1º Secretário para proceder à leitura dos projetos de lei apresentados na presente Sessão.

O SR. 1º SECRETÁRIO: - Projeto de Lei nº 151, de autoria do nobre Deputado Helio de Sousa, que concede Título Honorífico de Cidadania ao Senhor Mohamad Khodr.

O SR. PRESIDENTE: - Está em votação preliminar o projeto de lei que acaba de ser lido. Encerrada. Os Senhores Deputados que entenderem ser o mesmo objeto de deliberação queiram ficar como estão. APROVADO PRELIMINARMENTE. À publicação e, posteriormente, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

O SR. 1º SECRETÁRIO: - Projeto de Lei nº 152, de autoria do nobre Deputado Dr. Antônio, que declara de utilidade pública o Projeto Suprir.

O SR. PRESIDENTE: - Está em votação preliminar o projeto de lei que acaba de ser lido. Encerrada. Os Senhores Deputados que entenderem ser o mesmo objeto de deliberação queiram ficar como estão. APROVADO PRELIMINARMENTE. À publicação e, posteriormente, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

O SR. 1º SECRETÁRIO: - Projeto de Lei nº 153, de autoria do nobre Deputado Lincoln Tejota, determina que em cinemas, teatros e demais eventos culturais do Calendário Oficial no âmbito do Estado de Goiás sejam realizadas propagandas educativas no combate ao Aedes Aegypti.

O SR. PRESIDENTE: - Está em votação preliminar o projeto de lei que acaba de ser lido. Encerrada. Os Senhores Deputados que entenderem ser o mesmo objeto de deliberação queiram ficar como estão. APROVADO PRELIMINARMENTE. À publicação e, posteriormente, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

O SR. 1º SECRETÁRIO: - Projeto de Lei nº 154, de autoria do nobre Deputado Manoel de Oliveira, que dispõe sobre o descarte ambientalmente adequado de filmes de radiografia usados no âmbito do Estado de Goiás e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE: - Está em votação preliminar o projeto de lei que acaba de ser lido. Encerrada. Os Senhores Deputados que entenderem ser o mesmo objeto de deliberação queiram ficar como estão. APROVADO PRELIMINARMENTE. À publicação e, posteriormente, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

O SR. 1º SECRETÁRIO: - Projeto de Lei nº 155, de autoria do nobre Deputado Luis Cesar Bueno, que declara de utilidade pública a Associação da Criança Nossa Senhora das Graças, no município de Goiânia-GO.

O SR. PRESIDENTE: - Está em votação preliminar o projeto de lei que acaba de ser lido. Encerrada.

Os Senhores Deputados que entenderem ser o mesmo objeto de deliberação queiram ficar como estão. APROVADO PRELIMINARMENTE. À publicação e, posteriormente, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

O SR. 1º SECRETÁRIO: - Projeto de Lei nº 156, de autoria do nobre Deputado Virmondes Cruvinel, que declara de utilidade pública a Associação Mulheres de Paz, no Município de Jaraguá.

O SR. PRESIDENTE: - Está em votação preliminar o projeto de lei que acaba de ser lido. Encerrada. Os Senhores Deputados que entenderem ser o mesmo objeto de deliberação queiram ficar como estão. APROVADO PRELIMINARMENTE. À publicação e, posteriormente, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

O SR. 1º SECRETÁRIO:- Eram somente esses projetos, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE: - Com a palavra o Senhor 1º Secretário para proceder à leitura da matéria constante da Ordem do Dia.

O SR. 1º SECRETÁRIO: - Processo em fase de 2ª discussão e votação, nº 2015004275, de autoria do Deputado Talles Barreto. Concede título de cidadania ao Senhor Luciano Atayde Costa Cabral.

O SR. PRESIDENTE: - Senhores Deputados, esse projeto de título de cidadania estava em votação. A votação foi encerrada, houve verificação de quorum, e, portanto, neste momento, nesta Sessão Ordinária está em votação. Encerrada. Os Senhores Deputados que estiverem de acordo permaneçam como estão. APROVADO em 2ª discussão e votação. À Secretaria para extração do autógrafo.

O SR. 1º SECRETÁRIO: - Processo nº 2016000023, da Governadoria do Estado de Goiás. Veta integralmente o autógrafo de lei nº 415, de 10 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a autorização e regulamentação da venda e do consumo de bebidas alcoólicas em estádios e ginásios esportivos geridos pelo Governo estadual nos dias de jogos de futebol e dá outras providências. Projeto de Lei do Deputado Talles Barreto.

O SR. PRESIDENTE:- Não há discussão por falta de oradores inscritos. Está em votação...

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE: - Com a palavra, pela ordem, o nobre Deputado Talles Barreto.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Qual é esse projeto, Senhor Presidente? Qual é o teor?

O SR. 1º SECRETÁRIO: - Projeto de vossa autoria, que regulamenta a venda e do consumo de bebidas alcóolicas em estádios e ginásios esportivos geridos pelo Governo estadual nos dias de jogos de futebol.

O SR. DEPUTADO TALLES BARRETO: - Perfeitamente. Não sei por que o Governo vetou. Por sinal, já há a aprovação para esse projeto em outros Estados, como Bahia e Rio de Janeiro. Esse projeto foi discutido plenamente dentro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Então, gostaria também que a liderança se posicionasse em relação a isso. Acho que é um momento importante, porque essa regularização já está acontecendo no Brasil inteiro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ VITTI: - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE: - Com a palavra, pela ordem, o nobre Deputado José Vitti.

O SR. DEPUTADO JOSÉ VITTI: - Gostaria de pedir, Senhor Presidente, que esse projeto seja retirado da pauta de hoje, pois preciso de um tempo para conversar sobre ele e mais tempo para debatê-lo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Senhores Deputados, vou revogar o despacho quanto ao encerramento das discussões. Portanto, o momento é oportuno para retirada do projeto. Solicito a Assessoria para que faça o sobrestamento desse projeto até que se tenha o entendimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO: - Projeto nº 0068/16, da Governadoria do Estado, veto, que veta parcialmente autógrafo de lei nº 475, de 16 de dezembro de 2015, que autoriza a alienação mediante doação dos imóveis que especifica à Universidade Estadual de Goiás e dá outras providencias.

O SR. PRESIDENTE: - Está em discussão. Encerrada. Em votação. Senhores Deputados, estamos votando o veto, oriento a todos que o voto "Sim" mantém o veto; o voto "Não" rejeita-o. Votação por escrutínio secreto. Solicito aos Senhores Deputados que registrem os seus votos no painel eletrônico.

O SR. DEPUTADO JOSÉ VITTI: - Gostaria de orientar a bancada Governista para o voto "Sim", para manter o veto.

Gostaria também de pedir aos presentes, estamos com a pauta trancada com vetos, que

permaneçam em Plenário para que possamos votar todos eles, tendo em vista que são por escrutínio secreto, Senhor Presidente.

(OS SENHORES DEPUTADOS PROCEDEM À VOTAÇÃO SECRETA, ATRAVÉS DO PAINEL ELETRÔNICO, DO PROCESSO Nº 068/16, DE AUTORIA DA GOVERNADORIA DO ESTADO DE GOIÁS - VETO)

O SR. PRESIDENTE:- Solicito a liberação do painel eletrônico. São 18 (dezoito) votos "Sim"; 5 (cinco) votos "Não". Mantido o veto. À Secretaria para os devidos fins.

O SR. 1º SECRETÁRIO:- Processo nº 4.392/13, de autoria da Governadoria do Estado de Goiás, que veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 284, de 31 de outubro de 2013, e acrescenta o parágrafo 1º e 2º ao artigo 99 da Lei nº 10.460/1988, cujo autor da lei foi o Deputado Luis Cesar Bueno.

O SR. PRESIDENTE:- Está em discussão. Encerrada. Está em votação, por escrutínio secreto. Oriento aos Senhores Deputados que o voto "Sim" mantém o veto, o voto "Não" rejeita o veto.

Solicito a liberação do painel eletrônico.

(OS SENHORES DEPUTADOS PROCEDEM À VOTAÇÃO SECRETA, ATRAVÉS DO PAINEL ELETRÔNICO, DO PROCESSO Nº 4.392/13, DE AUTORIA DA GOVERNADORIA DO ESTADO DE GOIÁS - VETO)

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO MEIRELLES:- Questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Tem a palavra, em questão de ordem, o nobre Deputado Cláudio Meirelles.

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO MEIRELLES:- Senhor Presidente, se for possível, gostaria que a Mesa informe de quais Deputados são esses vetos.

O SR. PRESIDENTE:- Esse que está sendo votado é do Deputado Luis Cesar Bueno.

Solicito a liberação do painel eletrônico. São 17 (dezessete) votos "Sim"; 6 (seis) votos "Não". Mantido o veto. À Secretaria para os devidos fins.

O SR. 1º SECRETÁRIO:- Processo nº 2.240/14, de autoria da Governadoria do Estado de Goiás, que veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 153, de 15 de maio de 2014, que dispõe sobre a disponibilização de um exemplar da Lei Maria da Penha nos locais que especifica, cujo autor da lei foi o Deputado Iso Moreira.

O SR. PRESIDENTE:- Está em discussão. Encerrada. Está em votação, por escrutínio secreto. Oriento aos Senhores Deputados que o voto "Sim" mantém o veto, o voto "Não" rejeita o veto.

Solicito a liberação do painel eletrônico.

(OS SENHORES DEPUTADOS PROCEDEM À VOTAÇÃO SECRETA, ATRAVÉS DO PAINEL ELETRÔNICO, DO PROCESSO Nº 2.240/14, DE AUTORIA DA GOVERNADORIA DO ESTADO DE GOIÁS - VETO)

O SR. PRESIDENTE: - Solicito a liberação do placar eletrônico.

Dezessete "Sim", seis "Não". Mantido o veto. À Secretaria para as devidas providências.

O SR. 1º SECRETÁRIO: - Processo 84/2015, de autoria da Governadoria do Estado de Goiás, um veto integral, que veta o autógrafo de Lei Complementar nº 8, de 18 de dezembro de 2014, que introduz alteração na Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999, que cria a Região Metropolitana de Goiânia.

O SR. DEPUTADO BRUNO PEIXOTO: - Senhor Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE: - Está em discussão. Com a palavra, para discutir a matéria, o nobre Deputado Bruno Peixoto.

O SR. DEPUTADO BRUNO PEIXOTO: - Senhor Presidente, nobres pares.

Gostaria de não estar efetuando este pronunciamento. Eu entendo que o Governo do Estado de Goiás está desprezando o nosso trabalho.

Deputado Francisco Jr., o projeto de Vossa Excelência, que eu tenho absoluta certeza e convicção que foi amplamente debatido na Comissão de Constituição, Justiça e Redação deste poder, eu tenho convicção de que a Procuradoria desta Casa analisou a matéria com parecer favorável. Tenho também convicção de que este Plenário, com voto favorável de todos os presentes, foi para a Comissão Temática, aprovado na Comissão, veio para o Plenário aprovado com os votos da maioria, ou seja, a Procuradoria e a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, pela legalidade da matéria.

Nós, Deputados, analisamos e aprovamos, e o Governo do Estado de Goiás veta a matéria. E

nós, pares, estamos mantendo o veto. A bancada da oposição não, porque nós votamos pela derrubada do veto. Nós votamos pela derrubada em respeito ao trabalho desta Casa.

O SR. DEPUTADO LINCOLN TEJOTA:- Nobre Deputado Bruno Peixoto, Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO BRUNO PEIXOTO:- Com o maior prazer, Deputado Lincoln Tejota.

O SR. DEPUTADO LINCOLN TEJOTA:- Deputado Bruno Peixoto, eu, particularmente, sou do seguinte pensamento: Eu acredito que nós, Deputados Estaduais, temos muito a contribuir com o nosso Estado.

As nossas atribuições já são poucas. A Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, esvaziou as atribuições do Deputado Estadual. Ela deixou as Câmaras de Vereadores fortes, a Câmara dos Deputados Federais fortes e nós, a maioria dos projetos que fazemos, ou é inconstitucional ou tem vício de autoria.

Agora, o que eu tenho visto aqui são projetos bons, e gostaria de informar que todos os projetos, principalmente aqueles que eu concordar, obviamente, mas a grande maioria dos projetos que for de autoria dos Deputados Estaduais eu não vou manter veto, porque eu não concordo.

Eu, por exemplo, apresentei um projeto de lei aqui que foi vetado e que estabelece que todas as unidades de saúde no Estado de Goiás têm que fornecer o nome do médico de plantão, a especialidade do médico que está de plantão, para a segurança da pessoa que procura o atendimento médico e, às vezes, não encontra médico, para que ela possa buscar no Conselho Regional de Medicina, ou em qualquer outro Conselho, ajuda.

Mas não, a gente não sabe. Vetou um projeto que não oferece custo, que não é inconstitucional e foi vetado.

Então, particularmente, aqueles projetos que forem do Governo, porque acredito que existem determinados projetos que são importantes não serem vetados ou que têm que ser derrubado o veto, eu estarei sempre junto com o Governo. Mas, um projeto importante como esse, do Deputado Francisco Júnior, ou os próprios projetos dos Deputados, que são bons, e aqui, no dia que nós estávamos votando um auxílio para a Procuradoria do Estado eu solicitei ajuda para eles, para que eles pudessem ver com bons olhos. São bons projetos de Deputados Estaduais que acabam sendo vetados com justificativas que não concordo e não penso ser plausíveis. Então, votarei e derrubarei o veto.

O SR. DEPUTADO BRUNO PEIXOTO:- Muito obrigado, Deputado Lincoln Tejota. Não esperava outro posicionamento a não ser este pro-Assembleia, que o fez.

Deputado Doutor Helio de Sousa, nós temos uma Procuradoria ativa e exemplo para o País, a Procuradoria da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás. Se nós temos uma Procuradoria respeitada, com o parecer favorável a essa matéria, e a todos os Deputados que a solicitam quando há um parecer favorável é enviado ao Plenário e nós aprovamos. O que ocorre? Quando nós votamos pela manutenção do veto nós estamos dizendo que a Procuradoria deste Poder é incompetente. Nós estamos dizendo que os Deputados que integram a CCJ são incompetentes. Porque votaram uma matéria inconstitucional. Nobre Deputado Francisco Júnior, o Governo vetou a matéria de Vossa Excelência, tenho absoluta convicção, como disse no início, convicção e certeza de que o seu projeto teve o parecer favorável da Procuradoria deste Poder. Seu projeto foi favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Nós votamos favoráveis no plenário em duas votações. Vamos nos unir em defesa do Poder. Vamos nos unir em defesa da Procuradoria desta Casa. Vamos nos unir em defesa e em respeito ao Parlamento goiano. Vamos derrubar o Veto. Nós não estamos votando contra o Governo do Estado não, nobres pares. Estamos votando em respeito do Poder Legislativo. Para a autonomia da Procuradoria desta Casa.

Quero mais uma vez pedir: vamos votar pela derrubada dos projetos vetados de iniciativa dos Parlamentares porque nós confiamos na Procuradoria da Assembleia, nós confiamos nos Deputados que integram a CCJ e no Plenário.

Muito obrigado, Senhor Presidente, não quero mais usar o tempo que me resta.

O SR. PRESIDENTE:- Tem a palavra, para discutir a matéria, o nobre Deputado Humberto Aidar, representando o PT.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO AIDAR:- Senhor Presidente; Senhores Deputados; Telespectadores da “TV Assembleia”.

Na verdade, eu me posiciono sempre contra qualquer veto de qualquer projeto aprovado nesta Casa. Partindo do princípio de que aqui é uma Casa

de Leis, e aí o projeto passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Senhores, eu não acredito que com o trabalho da Comissão Temática, com o trabalho da Comissão de Justiça, com o apoio da Procuradoria desta Casa, com tudo isso e com duas votações nós fomos capazes de aprovar algo que é inconstitucional, porque, se assim fosse, pode fechar esta Casa.

Deputado Henrique Arantes, não é possível que estejamos aqui aprovando projetos que são inconstitucionais. Há pouco, Deputado Ernesto Roller, vetou-se aqui um projeto do Deputado Iso. Olha, a guilhotina lá não escolhe partido ou posição do Iso. O que dizia o projeto? Ter uma cópia da Lei Maria da Penha onde tem um prédio público.

Eu fico pensando: qual é o custo, Deputado Ernesto Roller, de ter lá uma cópia para que a pessoa tenha acesso? Onde está a inconstitucionalidade? Essas cópias são distribuídas gratuitamente, mas os entendidos, muito mais entendidos da lei, lá do Governo, vetam e agora vetam aqui também do nosso Deputado Francisco Jr., que é pré-candidato a Prefeito por um partido da base, não é candidato da base, certamente o candidato da base que eles querem é outro.

Mas, Deputado Francisco Oliveira, conheço Vossa Excelência e Vossa Excelência não faz parte daquele time que, infelizmente tem em todo Parlamento, que pede à assessoria, para logo de manhazinha, entrar no site de todas as Assembleias, copiar os projetos. Já teve projeto aqui que esqueceram até de tirar o logótipo, que era da Assembleia do Pará. Não, Vossa Excelência estudou, mas aí veta. E eu fico pensando: o Deputado Francisco Oliveira é pré-candidato, como é que ele vai explicar aos seus eleitores que não consegue aprovar sequer um projeto desse aqui na Casa. Aprovou, mas o Governo veta.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE ARANTES:- Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO HUMBERTO AIDAR: - Com muito prazer.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE ARANTES: - Obrigado por autorizar uma interferência no seu discurso. Eu fico preocupado a respeito das legislações da Região Metropolitana, ou do próprio transporte coletivo, porque eu tentei modificar aqui várias vezes e sempre me é informado que quando nós tentamos emendar ou modificar as leis que tratam da Região Metropolitana de Goiânia ou do transporte coletivo, primeiro, o Estado não tem mais autonomia de legislar em cima disso. Então, quem pode legislar? Fui Vereador com o Deputado Francisco, tentamos modificar, e falava que a Câmara dos Vereadores da Capital não era também autônoma para modificar.

Então, aí eu pensava: se um dia for Deputado vou poder modificar essa lei. Tornei-me Deputado, tentei mudar e também não temos autonomia. Então, quem pode fazer? Isso me cheira, na verdade, uma espécie de conchavo que foi criado para beneficiar um grupo empresarial, e que fiscalizam eles mesmos, fazem o que eles querem e não tem ninguém que pode fazer uma interferência. Aí criou uma tal de CDPC, uma câmara deliberativa entre eles mesmos e não fazem nada.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO AIDAR: - Concedo um aparte ao nobre Deputado Ernesto Roller.

O SR. DEPUTADO ERNESTO ROLLER: - Deputado Humberto Aidar, muito obrigado pelo aparte.

Mas, chamo a atenção dos Deputados da base para este momento e aproveito este aparte exatamente para chamar a atenção dos Parlamentares. Não é crível que a Assembleia seja tão diminuída na sua capacidade legislativa. O que pensará, por exemplo, o eleitor que desejará votar no Deputado Francisco Júnior, que apresentou uma matéria que traz benefício direto ao cidadão. O que pensará ele, por exemplo, se esta Casa rejeitar essa matéria, com o voto do Deputado Francisco Júnior, colocará em cheque até a condição dele como homem público que pretende administrar a cidade de Goiânia. Por quê? Ora! Basta o Palácio, através dos seus órgãos, dizer não que ele vai concordar.

Quando se governa um município a sua responsabilidade, primeiro, é com o cidadão, quando se está na Assembleia a sua responsabilidade, primeiro, é com o cidadão. Nós temos buscado isso aqui na Assembleia, que a base seja solidária ao seu Governo nos interesses da votação do Governo, mas que a base seja altiva na defesa dos interesses da população e também no resguardo das prerrogativas da Assembleia Legislativa.

Então, solicito a Vossa Excelência por esse pronunciamento que chama a atenção dos Deputados, que efetivamente devem ter compromisso com o povo e não apenas com o Governo que representam aqui.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO AIDAR: - Concedo um aparte ao nobre Deputado Lincoln Tejota.

O SR. DEPUTADO LINCOLN TEJOTA: - Deputado Humberto Aidar e Deputado Nédio Leite, no exercício da Presidência.

O que está em jogo é a nossa autonomia legislativa, a nossa capacidade como Deputados Estaduais de poder legislar sobre aquilo, porque todos nós fomos eleitos, representamos uma parcela da população do Estado de Goiás. A partir do momento que fomos eleitos representamos todo o Estado de Goiás, o que existe é um impedimento de legislar. O que temos que fazer como Deputados, Deputado Ernesto Roller, não é o discurso de base ou de oposição. É o discurso da Casa. O Deputado Bruno Peixoto falou com muita maestria. É um discurso de Casa, do Poder Legislativo. É o que propôs aqui o Deputado Francisco Júnior, e acredito que ele vá falar um pouco no plenário.

Mas temos a condição de propormos um pacto aqui. Nós não rejeitamos matérias dos Deputados Estaduais. Matérias que gerem custos, certamente que são inconstitucionais. Matérias que não tenham vícios de origem, mas que sejam importantes para a população. Às vezes, um projeto de lei de um Deputado que vai prestar homenagem a um dia especial é vetado. Não vai ter custo algum para o Estado, custo algum. E é vetado.

Então, temos que legislar, sim, em favor daquela população que nos elegeu. E muitos projetos desses são sugeridos. Eu, particularmente, Deputado Humberto Aidar, não tenho dificuldade de pegar um projeto que está dando certo no Sul do Estado, que algum Deputado apresentou.

Vou encerrar, porque sei que Vossa Excelência quer usar os dois minutos.

Obrigado pelo aparte.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO AIDAR:- Eu vou parando por aqui, até porque o Deputado Francisco Júnior vai usar o tempo também. Mas voltarei aqui nos outros projetos, porque sou adepto de derrubar todos os vetos de projetos de Deputados desta Casa que são aprovados aqui. Nenhum argumento me convence. Ou, então, vamos fechar a Casa.

Se uma Casa de Leis aprova, depois de um projeto passar pelas comissões e duas vezes aqui, no plenário, e ainda encontrarem inconstitucionalidade, aí somos todos nós incompetentes. Nós temos que dar um basta nessa questão. Entra ano, sai ano, entra governo, sai governo, projeto de Deputado não é respeitado. Aí, o Deputado não tem outra coisa a fazer a não ser colocar no seu informativo que apresentou dez, vinte, trinta projetos. O cidadão mais humilde imagina que apresentar valeu, mas quando vai torcer, não sobrou nada, porque o governo não deixa.

Então, eu agradeço, Senhor Presidente. Volto a seguir, porque agora o Deputado Francisco Júnior parece que quer discutir a matéria. E, apesar de ser secreto, eu estou pedindo, em nome da Casa, em nome do Deputado Francisco Júnior, que votemos “Não”, pela derrubada do veto.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO JÚNIOR:- Senhor Presidente, quero discutir o projeto.

O SR. PRESIDENTE:- Tem a palavra o Deputado Francisco Júnior para discutir a matéria.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO JÚNIOR:- Mais uma vez, boa tarde a todos.

Primeiro, quero fazer coro a todos os que me antecederam, mas, antes, quero parabenizar a Procuradoria desta Casa. O que vejo, Deputado Humberto Aidar, é que a Procuradoria da Casa é muito cuidadosa. Sabemos disso. Não são poucos os projetos que ao elaborarmos os Procuradores nos chamam, sugerem, pedem correção para adequar à constitucionalidade e conseguem. Então, em termos de legalidade, acredito que a Casa é muito cuidadosa, os Deputados são muito cuidadosos. Agora, existe uma situação para discutir a pertinência política, a oportunidade, e para isso, sim, existe uma situação e uma oposição, então, podemos discutir isso também. Agora, com relação ao mérito e à matéria se discute muito pouco. Costumo dizer que existem alguns Procuradores do Estado que acham que Deputados podem fazer muitas coisas, menos uma – eles ficam muito irritados quando a gente faz – elaborar uma lei. Parece que os incomodam quando um Deputado faz um projeto de lei, porque há pessoas que saem orientando o veto de cabo a rabo. E a justificativa é padrão. Não tem como uma justificativa para vetar um projeto ser a mesma do outro projeto, do ponto de vista do mérito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ VITTI:- Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO JÚNIOR:- Concedo um aparte a Vossa Excelência.

O SR. DEPUTADO JOSÉ VITTI:- Peço desculpas, Deputado, pois eu estava ausente e agora que estou me inteirando do projeto. Estou recebendo

diversas manifestações. Antes de acabar a discussão, gostaria que pudéssemos também, do mesmo modo que retiramos da pauta de hoje o projeto do nobre Deputado Talles Barreto, retirá-lo, com a aquiescência de Vossa Excelência e da Presidência, para discutirmos antes de votá-lo.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO JÚNIOR:- Gostaria de dizer ao nosso líder que este não é o projeto sobre o qual eu falei com Vossa Excelência anteriormente.

O SR. DEPUTADO SANTANA GOMES:- Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO JÚNIOR:- Concedo, com muito prazer, um aparte ao nobre Deputado Santana Gomes.

O SR. DEPUTADO SANTANA GOMES:- Tive a oportunidade de dar uma lida no projeto e acho importante retirar da pauta o projeto para discutirmos mais sobre ele. Concordo com Vossa Excelência em relação aos Procuradores do Estado que, muitas vezes, tomam atitudes como se nesta Casa não houvesse Procuradores. Acho importante abrirmos essa discussão. Esse projeto contribui muito com o nosso Estado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO JÚNIOR:- Deputado, não é a primeira vez que nós discutimos sobre vetar todos os projetos, da forma que são vetados.

Independentemente disso, antes de passar a palavra para o Deputado Henrique Arantes, quero discutir o mérito, que é o seguinte, o transporte coletivo em Goiânia, na Região Metropolitana, chegou a uma situação curiosa. Hoje, quem anda de ônibus está insatisfeito. O empresário que presta o serviço está insatisfeito, porque está quebrando. E as Prefeituras estão insatisfeitas, porque a população está insatisfeita e reclama. Alguma coisa precisa ser feita. Sei que no mundo inteiro, onde o transporte funciona, é porque existe subsídio. E, para ter subsídio, tem que ter receita. A única coisa que esse projeto faz é determinar que, quando o fundo da Região Metropolitana – que nem existe ainda – tiver recurso, com a deliberação do órgão competente do Estado, 20% sejam investidos em transporte coletivo da Região Metropolitana, que detém 25% da população goiana. Nada mais do que direcionar que esse recurso vá para o transporte para melhorar. Só isso.

Concedo um aparte ao Deputado Henrique Arantes.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE ARANTES:- Deputado Francisco Júnior, eu entendo porque os empresários dizem que estão insatisfeitos. É porque não querem largar o osso. Ali, todo dia tem dinheiro na conta. O homem e a mulher trabalhadores todos os dias têm que pegar ônibus – no mínimo dois, um para ir e outro para voltar. Isso se não tiverem que fazer conexão fora do terminal. E não querem largar o osso. Está lá o dinheirinho todo dia na conta deles.

Insatisfeitos estão porque não ganham as fortunas gordas que ganhavam antes. Mas, ainda ganham muito bem. Agora, pergunte se a “HP”, a “Rápido Araguaia” ou qualquer outra dessa empresas aceitam deixar de prestar o serviço para ser colocada outra ou outras no lugar. Não aceitam, não.

E eu gostaria também, Deputado Francisco Júnior, de declarar meu voto. Eu entendo que isso não atrapalha em nada o Governo e eu vou votar pela derrubada do veto. Eu gostaria de pedir aos nossos colegas para também fazerem o mesmo, porque entendo que isso não atrapalha o Governo, nem a condução dele, em nada. Acho que é justo derrubarmos esse veto para que isso passe a valer. Para toda iniciativa de lei para melhorar o transporte coletivo eu terei esse posicionamento e quero apoiar seu projeto.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO JÚNIOR:- Eu quero, inclusive, fazer uma lembrança de que esse não deve ser o pensamento do Governador Marconi, porque ele inovou quando ele fez um grande investimento no Eixo da Avenida Anhanguera, colocando a passagem lá, subsidiada pelo Governo, pela metade do preço.

Então, o pensamento do Governador é moderno, porque a questão da mobilidade na cidade é prioridade, tem que ser prioridade. E, se não tiver o apoio do Governo, não tem condição. Não existe gratuidade de Goiânia, às vezes, se confunde muito: “Ah, o estudante paga meia. O militar fardado não paga.” Não. Eles não estão pagando, mas a população está pagando porque aquele recurso sai de algum lugar, sai da passagem.

Então, quem paga está pagando por si próprio e por aqueles que têm as gratuidades. Então, é fundamental que criemos receitas, no nosso caso estamos apresentado algumas ideias, inclusive para Goiânia, até trabalhando a ideia de que não tenhamos mais dois órgãos para discutir, um transporte e outro trânsito.

É importante seguir o modelo nacional, que é colocar um órgão para discutir o transporte e

trânsito e poder aproveitar toda arrecadação oriunda do trânsito na cidade, melhorando o transporte e melhorando a mobilidade. As multas, a área azul, parquímetro quando tiver, mas toda arrecadação ser revertida para a melhoria do transporte. Aí, sim, teremos um transporte de qualidade. Falamos tanto de Bogotá, do Transmilênio, que é isso que foi feito lá. Então, temos sempre bons exemplos, mas não queremos seguir o caminho dos bons exemplos.

Com relação a esse projeto, Senhor Presidente, peço, então, que tanto a base, quanto a oposição e, acima de tudo, quem quer ver um transporte de qualidade em nossa cidade votem pela derrubada deste veto.

Antes, concedo um aparte ao Deputado Santana Gomes.

O SR. DEPUTADO SANTANA GOMES: - Deputado Francisco Junior, fui Vereador e sei das dificuldades que o cidadão tem, as dificuldades que temos em contribuir, e o projeto, em minha concepção, é muito importante. Por isso pedimos ao Líder do Governo que o retirasse para que pudéssemos fazer uma nova avaliação e vir com uma proposta já nossa, totalmente organizada, para derrubar o veto.

Acho que Vossa Excelência dá essa oportunidade também para retirá-lo da pauta, para que possamos fazer uma nova discussão.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO JÚNIOR: - Obrigado, Deputado.

Mais uma vez insisto que façamos uma discussão com relação não só a esse projeto, mas a prática desses vetos e com relação a esse projeto para que possamos aprová-lo.

Obrigado a todos.

O SR. DEPUTADO SANTANA GOMES: - Quero discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE: - Por solicitação do nosso Líder, Deputado José Vitti, retiro o Processo nº 84 da pauta da Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor 1º Secretário para dar prosseguimento a Ordem do Dia.

O SR. 1º SECRETÁRIO: - Processo para discussão e votação única, nº 88/15 - Veto, do Deputado Humberto Aidar, que veta integralmente o autógrafo de lei nº. 438, de 18 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o procedimento obrigatório de identificação do responsável pela intermediação imobiliária no registro de escrituras de compra e venda de imóveis no Estado de Goiás.

O SR. DEPUTADO ERNESTO ROLLER: - Peço a palavra para discutir a matéria, Senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO LUIS CESAR BUENO: - Peço a palavra para discutir a matéria, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE: - Com a palavra, para discutir a matéria, o nobre Deputado Ernesto Roller, posteriormente, o nobre Deputado Luis Cesar Bueno.

O SR. DEPUTADO ERNESTO ROLLER: - Senhor Presidente; Senhoras e Senhores Deputados; Público que nos assiste.

Trata-se de um veto da Governadoria a uma matéria que passa ao largo dos interesses do Executivo goiano.

Note Vossa Excelência, e demais pares que a lei aprovada nesta Casa, de autoria do nobre Deputado Humberto Aidar, em seu Artigo 1º estabelece que "é obrigatória a inclusão no Registro de Escrituras Públicas de Compra e Venda de Imóveis a identificação do responsável pela intermediação imobiliária nos Cartórios sediados no Estado de Goiás". Em seu Artigo 2º estabelece a exigência de que conste o registro no CRECI, no Conselho Regional de Corretores de Imóveis; o Artigo 3º estabelece multa; o Artigo 4º refere ao prazo para regulamentação; o Artigo 5º data de vigência a partir da publicação.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, em que ponto fere a Constituição estabelecer-se no âmbito do Estado de Goiás a exigência de que conste numa transação imobiliária quem foi o intermediador, quem foi o corretor, sob o argumento de desburocratizar a escritura, já vai ser feita, vai constar apenas um nome e um número. Então, não há prejuízo.

O SR. DEPUTADO LINCOLN TEJOTA: - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ERNESTO ROLLER: - Um momentinho e concederei a Vossa Excelência, com o maior prazer.

O argumento de que não há competência da Assembleia Legislativa para estabelecer norma sobre registros públicos, nós não estamos alterando aquilo que é afeto à Lei de Registros Públicos. O

que estamos fazendo é que no Estado de Goiás, além das normas estabelecidas pela União através da Lei de Registros Públicos, aqui no Estado de Goiás exige-se algo mais, simples, na salvaguarda dos interesses dos profissionais envolvidos, das partes envolvidas, porque isso tem consequências e tem responsabilidade do profissional.

Que mal há, Senhor Presidente, em mantermos essa lei, mostrando que no Estado de Goiás nós queremos uma maior transparência de informações? Não vejo razão alguma para se manter este veto. Aliás, não vi razão alguma para a posição do veto pelo senhor Governador.

Eu quero crer, Deputado José Vitti, que esta matéria não venha a ser retirada de pauta. Mas espero, também, que esta matéria seja objeto de apreciação por esta Casa, rejeitando o veto. Não é porque é uma matéria de autoria de um Deputado de oposição que ela deve ser tratada de forma diversa. Nós temos que nos valorizar enquanto Poder constituído neste Estado e, portanto, nesta nação.

Deputado Lincoln Tejota, Vossa Excelência, que me solicitou um aparte, sabe que não há nenhum conflito de interesses do Executivo.

E concedo a Vossa Excelência o aparte que me solicitou.

O SR. DEPUTADO LINCOLN TEJOTA: - O que eu vejo, Deputado Ernesto Roller, agradeço pelo aparte, a oportunidade que esta Casa tem para valorizar um profissional. É a oportunidade que esta Casa tem, como Vossa Excelência citou, com muita maestria, de darmos mais transparência aos processos.

Antes de vir aqui, de me posicionar e de votar favorável na época que nós votamos este projeto do Deputado Humberto Aidar, eu estive com o Presidente do CREF. Estive conversando com ele, e ele manifestou sobre a importância disso, da valorização, da transparência.

Então, eu, particularmente, vou continuar... Se for continuar aqui, pela manutenção do veto, eu, particularmente, não votarei pela manutenção do veto. Eu votarei pela derrubada do veto, porque eu penso que não gera custo. Como Vossa Excelência falou, eu sou um Deputado governista, sou um Deputado que dá sustentação ao Governo do Governador Marconi Perillo. Eu não penso que isso vá de encontro ao Governo do Estado. Pelo contrário, eu penso que isso vá de encontro de uma classe que precisa ser valorizada e precisa ser reconhecida.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO ERNESTO ROLLER: - Veja, nobre Deputado Lincoln Tejota, Vossa Excelência citou aí a condição de um Deputado governista.

Aqui não estou para me manifestar sobre posição político-partidária. O que faço é que nós precisamos parar de nos submeter tanto ao entendimento jurídico da Procuradoria-Geral do Estado. Nós temos aqui uma Procuradoria. Podem, alguns desavisados, dizer: “Olha, essa matéria, segundo o entendimento da Procuradoria, é inconstitucional.”

Nós entendemos, como já o fizemos nesta matéria, através de um relatório, que ela é constitucional.

Ora, se houver uma discussão judicial, se alguém entrar com uma Ação Declaratória de Inconstitucionalidade dessa norma, que mal há? O Poder Judiciário está para dirimir as dúvidas da sociedade.

Nós já tivemos aqui, neste plenário, posições adotadas pela Mesa Diretora desta Casa que foram revistas pelo Poder Judiciário.

Isso não significa um conflito ou uma derrota do Governo. Pelo contrário, isso significa o legítimo exercício do direito de petição, de questionamento.

Agora, por que nós da Assembléia Legislativa teremos que sucumbir à Procuradoria Geral do Estado? Não. Aqui senhores, são homens e mulheres que enfrentaram as urnas. Que para cá vieram com a confiança da população e não são irresponsáveis.

Eu não reputo nenhum dos senhores, ou de todos nós irresponsáveis. Nós somos Parlamentares no exercício do nosso mandato. E assim devemos ser respeitados.

Deputado José Vitti, Líder do Governo, deixe que a base rejeite esse veto, porque assim o senhor estará dando uma clara demonstração de que é o Governo que se submete apenas aos maiores interesses da população, porque se houvesse um conflito aqui entre Governo e oposição nada diria. Mas há aqui apenas a tentativa de um Parlamentar de legislar em favor daquilo que ele acredita, o melhor para a sociedade nesta questão.

Vejo que há de garantir transparência, há de garantir segurança a todos os envolvidos, então, não vejo nenhum prejuízo, não vejo razão para essa insurgência da Procuradoria através do veto.

Defendo a rejeição deste veto como medida não só de garantia de maior transparência e segurança nos negócios imobiliários no nosso

Estado, mas sobretudo, como um instrumento de fortalecimento desta Casa e de reconhecimento de que a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás é um Poder que emana do povo e não um apêndice do Palácio das Esmeraldas.

Muito obrigado Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Tem a palavra, para discutir o veto, o nobre Deputado Luis Cesar Bueno.

O SR. DEPUTADO LUIS CESAR BUENO:- Senhor Presidente; Senhores Deputados.

Mais uma vez, nós estamos paralisando a pauta, a Ordem do Dia, paralisando os trabalhos para debruçar sobre os vetos e sobre a autonomia do Poder Legislativo.

Eu concordo com todos os colegas que me antecederam, mas este não é um debate novo. É um debate antigo, Deputado Humberto Aidar, quantas vezes Vossa Excelência usou esta tribuna e disse que vai continuar assim sempre? Porque durante todos os seus mandatos assim foi. Agora, o que se debate nesta Casa é o fato de não ter jeito.

Veja bem, o Deputado Humberto Aidar propõe aqui uma atitude que valoriza um contrato de negociação entre o comprador e o vendedor, que é especificar no contrato o CRECI e o nome do corretor ou da empresa que mediou a transação imobiliária. Isso é obrigatório em outros Estados, em outros países é uma necessidade. O que o Governo perde nisso?

O projeto anterior do Deputado Francisco Júnior, que estabelecia que 20% do Fundo de Transportes seriam usados para subsidiar o transporte coletivo. Ora, qual é a função do Fundo de Transportes? A função do Fundo de Transportes é viabilizar, além da malha rodoviária, o funcionamento do transporte intermunicipal e, necessariamente, da Região Metropolitana de Goiânia. O projeto anterior de minha autoria, que foi aprovado por unanimidade em duas votações aqui nesta Casa, aprovado com parecer da Comissão de Constituição e Justiça, aprovado com parecer da Comissão Mista, propunha que os concursos públicos fossem moralizados, que o órgão que viabilizasse, que organizasse o concurso público fosse obrigado a estabelecer o número de vagas para que o concursado, o concursando não fosse ludibriado e nós acabássemos com a fábrica de concurso. Tem órgão, Deputado Bruno Peixoto, Deputado Humberto Aidar, que publica um edital dúbio de quantas vagas são, mas, na verdade, são duas ou uma e aparecem trinta mil concorrentes.

O valor da inscrição que o concursado, o concursando ludibriado entrou naquele edital, se somar dá para pagar cinco, seis, dez anos o valor do salário do profissional que entra naquele concurso público. Agora, a ironia, sabe onde eu fui pegar esse projeto? No Senado. E sabe quem era o autor desse projeto? O atual Governador do Estado. Ele trabalhou para implantar isso e não conseguiu, o projeto está tramitando e eu acho que por lei estadual nós teríamos condições de aprovar isso aqui em Goiás.

Então, o que aconteceu? O Gabinete Civil da Governadoria vetou uma ideia, um projeto do próprio Governador do Estado. Isso para dizer do prestígio que tem um Deputado Estadual. Agora, Deputado Helio de Sousa, Vossa Excelência que preside esta Casa, eu vou falar trinta segundos para o senhor. Nós temos que valorizar o Deputado, valorizar o Deputado e garantir as prerrogativas de fiscalização do balanço orçamentário, de garantir que as emendas orçamentárias sejam efetivamente afrontadas.

Agora, Deputado Helio de Sousa, está aí ao seu lado um dos Deputados que têm história nesta Casa. Ele propõe uma lei que determina que nos contratos de transação imobiliária sejam acrescidos o nome e o número do CRECI do responsável pela transação imobiliária. Será que a Assembleia Legislativa não tem prerrogativa de aprovar um projeto desses? Aí vem o parecer, Deputado Humberto Aidar, o parecer pela revogação, comete o absurdo de dizer que se trata de uma propositura com vícios de constitucionalidade e de iniciativa parlamentar. Quer dizer que esse tipo de iniciativa é exclusiva do Poder Executivo. Agora, se a Assembleia Legislativa não tem a prerrogativa de determinar que tal dia, tal semana será uma semana de promoção do turismo, de promoção da saúde, de promoção das ações de combate à Dengue. Esta Casa vai ter prerrogativa, vai ter importância para quê?

Antigamente, quando eu entrei aqui, usei esta tribuna para dizer que a Assembleia Legislativa servia para aprovar títulos de cidadania, entregar Medalha do Mérito Legislativo Pedro Ludovico Teixeira e marcar datas comemorativas. Agora, Deputado Bruno Peixoto, nem data comemorativa serve mais, esta Casa, até as datas comemorativas estão sendo vetadas, Deputado Ernesto Roller. Enfim, carimbaram na testa dos senhores que esta Casa Legislativa serve apenas para aprovar matérias de iniciativa dos Parlamentares, que é entregar a Medalha do Mérito Pedro Ludovico Teixeira e conceder o Título de Cidadão.

No Piauí não é assim, no Acre não é assim, no Amapá não é assim. Entrei no site de Roraima,

que Parlamento bonito, medidas interessantes aprovadas pelos Deputados. Por que Goiás tem que ser o último Estado, por que esta Assembleia tem que ser rasteira e baixa da forma que está? Ao nível de dizer que se o Deputado propõe uma semana de comemoração ele não tem propositiva constitucional, ao nível de dizer que um projeto de uma envergadura do Deputado Humberto Aidar, que propõe que seja identificado o corretor imobiliário com CRECI ou imobiliária na transação imobiliária, ele não tem essa prerrogativa. Por que no Acre pode? Por que no Piauí pode? Por que no Amapá pode? Por que em Rondônia pode? Goiás não pode, ou seja, temos que ser a última Casa, temos que ser o chinelo do Brasil.

Senhores Deputados, o nosso Estado é promissor, o nosso Estado está no coração do Brasil, nós somos o 9º PIB do Brasil. Se nós somos o nono PIB do Brasil, é inadmissível ter uma Casa Legislativa em que o Gabinete Civil e a Governadoria tentam colocar como a ralé das ralés. Como diz um amigo meu: "o piolho do carrapato do cavalo do soldado."

Então, fico extremamente envergonhado. Não é a primeira vez que fazemos este debate. E, lamentavelmente, um projeto desses passou pela procuradoria, a Douta Procuradoria desta Casa. Deu-se constitucionalidade. Foi para a Comissão Mista. Passou por unanimidade. Foi para a CCJ e houve unanimidade. Veio duas vezes para o plenário e houve unanimidade. Aí chega lá e é inconstitucional.

Eu queria que estivéssemos, pelo menos no nível do Acre, do Amapá, do Piauí, porque aí nós, pelo menos, seríamos uma Casa Legislativa de envergadura.

O SR. PRESIDENTE:- Tem a palavra o nobre Deputado Santana Gomes, para discutir a matéria.

O SR. DEPUTADO SANTANA GOMES:- Senhor Presidente; Senhores Deputados; Imprensa; Telespectadores da "TV Assembleia".

Deputado Charles Bento, Deputado Henrique Arantes, Deputado Humberto Aidar e Deputado Francisco Oliveira.

Hoje, venho aqui, Senhor Presidente, parabenizar, Deputado Humberto Aidar, a Câmara de Vereadores de Goiânia. Deputado Humberto Aidar, hoje é quinta-feira.

Na quinta-feira passada, há exatamente oito dias, eu subi a esta tribuna dizendo que sou ex-vereador dessa Capital e que me estranhava muito, Deputado Luis Cesar Bueno, e é até bom que Vossa Excelência esteja aqui presente. Porque, quando falei que o meu partido, o PSL, estaria entrando em um projeto que agora já temos documentação suficiente para dizer que esse projeto é perigoso. Está aqui: "PSL ganha cargos na Prefeitura de Goiânia e pode até indicar o vice". Aí Vossa Excelência fez um comentário: "Eu, como Presidente do PT, participei dos acordos e foram todos republicanos."

Não quero acusar Vossa Excelência, mas talvez desse acordo o senhor não tenha participado. Porque isso não foi um acordo político, mas, sim, um negócio.

Estou Deputado e como ex-Vereador acompanho de perto todos os assuntos referentes à cidade de Goiânia, principalmente esse, em especial.

Gostaria de entender o que aconteceu. O Deputado fez um compromisso político com o PSL para dar sustentação ao Governo do PT?

Denunciei que haveria um grande negócio em relação aos fotossensores, um negócio de milhões. A Câmara já pegou a documentação, Deputado Humberto Aidar, mais de 90 milhões.

Esta matéria diz: "Novos Amigos". O Prefeito Paulo Garcia está colocando a carreira da Deputada Adriana Accorsi como próxima candidata à Prefeitura, à bancarrota.

Gostaria que a nobre Deputada Adriana Accorsi nos explicasse qual o acordo que ela fez com o PFL. Quanto ela pagou para ajudar na sua campanha? Mas, eu vou responder a ela, dez milhões e novecentos mil reais.

A Câmara de Goiânia, Deputado Bruno Peixoto, aprovou hoje, com mais de 28 votos, suspendendo essa licitação. E o Vereador Elias Vaz colocou, em um artigo da "Coluna Giro" de hoje: "Rolo e maracutaia é o que está me parecendo essa licitação." É o que eu tinha denunciado aqui na quinta-feira.

Mas, eu queria entender se esse seria o "modus operandi" do PT. Esse é o "modus operandi"? O que estão dizendo por aí, Deputado Humberto Aidar, infelizmente, é que as Secretarias que estão sendo negociadas agora têm que arrecadar três milhões por Secretaria para a campanha do PT em outubro. três milhões por Secretaria.

Eu fiquei imaginando como o Partido PSL... Porque não deu a Guarda Civil Metropolitana para ele? Deputado Bruno Peixoto, não deu a Guarda Civil por quê? Porque não tem dinheiro. Por que não deu administração? Porque não tem dinheiro. Negociáveis só as Secretarias, onde entram dinheiro vivo.

Eu vi aqui o Deputado Humberto Aidar e respeitei quando falou: "O Paulo é uma pessoa séria e honesta." Não discordo de Vossa Excelência, não. Pode até ser. Mas, eu, Deputado Humberto Aidar, fui à casa do Paulo e tive o prazer de falar para ele, quando Vereador: "O Mutirama é rolo. Tem dinheiro envolvido, e muito." "Isso é fofoca da Câmara." O que aconteceu? Prendeu-se engenheiro, o Governo Federal deixou de mandar dinheiro para cá. Sei das pastinhas, Deputado Humberto Aidar. Esse é o Paulo.

Mas me estranha muito, Deputado Simeyzon, ele estar fazendo um programa de Governo faltando seis meses para seu Governo terminar. Agora, ele faz o programa de Governo. Ele, que fez por oito anos o Governo do improviso, agora está fazendo um programa de Governo. Pense bem: colocou um especialista no trânsito de Goiânia, para administrar o trânsito. Eu queria que o Paulo estivesse aqui para explicar para nós se o Presidente estadual do meu partido, o Benitez Calil, é especialista em trânsito. Onde ele fez esse curso de trânsito? Eu queria que ele explicasse para nós: "Olha, estou fazendo um acordo para Goiânia."

Então, quero dizer que ele tem que explicar, porque ali eu sei que o dinheiro é dinheiro vivo. Vai entrar dinheiro em espécie. E o que estão dizendo na cidade eu quero falar para a Deputada Delegada Adriana Accorsi. Estão acabando com ela. Estão falando, Deputado Humberto Aidar, na Câmara, que esses partidos que foram negociados não foram por um acordo político não, porque acordo político é projeção política, aí é um acordo político.

Agora, um acordo de um Governo que está terminando, sem nenhum vereador, um, para dar sustentação política, sem tempo de televisão, mas com uma estrutura com mais de 10 milhões, eu queria entender.

Então, quero dizer que o Prefeito Paulo Garcia, infelizmente, está demonstrando que é o grande Gestor nos últimos seis meses. Tudo que o povo goiano não entendeu de gestão do Paulo Garcia ele quer fazer nos últimos seis meses, e o pior, com novos amigos.

Deputado Humberto Aidar, novos amigos, é perigoso, você não conhece a procedência. Aí pode chegar de carrinho, de carreta, de Scania e leva a estrutura do nosso povo.

Então, queria que o líder do meu partido, Deputado Lucas Calil, não tenho nada de pessoal contra o Deputado Lucas Calil. Aqui virou uma fofocaiada, dizendo que eu, não... Eu o respeito porque ele disputou a eleição, é um menino novo, tem uma projeção política. Mas, temos que nos posicionar.

A vida é de posição, eu já me posicionei. Eu sou contra, eu não sou mais ou menos, e queria ouvir do Deputado Lucas Calil qual a sua posição, porque esse tipo de negócio eu estou fora, fora. É a explicação que ele tem que dar, o partido tem que explicar para o povo, para a nossa sociedade e para quem votou na gente.

Então, todos os dias, na terça-feira, todos os dias virei aqui com documentos. E o pior, Deputada Adriana Accorsi, talvez Vossa Excelência esteja levando um presente de grego, partido dividido, com história de maracutaia, de rolo, de envolvimento...

(TEMPO REGIMENTAL ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE: - Encerrada a discussão. Em votação. Votação em escrutínio secreto. Solicito aos Senhores Deputados que procedam à votação. O voto "Sim" mantém o veto; o voto "Não" rejeita-o.

O SR. DEPUTADO BRUNO PEIXOTO: - Gostaria de dar orientação à bancada, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o nobre Deputado Bruno Peixoto.

O SR. DEPUTADO BRUNO PEIXOTO:- Apenas para orientá-lo.

Senhor Presidente, nós temos que ter a coerência neste Poder. É uma matéria que não gera ônus para o Estado. É uma matéria que tem permissão constitucional para origem do Parlamentar. Não há motivos nenhum para este veto. Não há motivos nenhum para este veto. Zero. E o Governo veta.

O Governo veta de uma maneira inescrupulosa, sem observar a cor partidária, porque está vetando matérias de Deputados do Governo e da oposição.

Quero solicitar aos Pares que possamos derrubar a matéria. E também, Senhor Presidente, quero orientar a Mesa que, observando uma contagem, não há número suficiente.

Então, para não ter o dissabor de não ter 21 votos, até mesmo em respeito ao Parlamentar

Deputado Humberto Aidar, sugiro não por em apreciação para que ele tenha a oportunidade que haja um número maior em plenário para que possa derrubar o veto.

O SR. PRESIDENTE:- Mas, Senhor Deputado, assim que houver a apreciação da votação, o placar vai indicar se tem quorum ou não. Se tiver menos de 21 passaremos para a Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO LUIS CESAR BUENO:- Peço a palavra, Senhor Presidente, para fazer a orientação de bancada.

O SR. PRESIDENTE:- Voto "Sim" aprova. Voto "Não" rejeita.

O SR. DEPUTADO LUIS CESAR BUENO:- Sim, mas peço a palavra para orientar a bancada.

O SR. PRESIDENTE:- Asseguro a palavra ao nobre Deputado Luis Cesar Bueno.

O SR. DEPUTADO LUIS CESAR BUENO:- Senhor Presidente, quero aqui reiterar de que quando entrei nesta Casa nós tínhamos a imagem de ser a Casa que aprovava Título de Cidadão, Medalha do Mérito, Data Comemorativa e Semana Comemorativa. O tempo passou e hoje nós estamos apenas sendo a Casa que aprova Medalha do Mérito e Título de Cidadania. Até Data Comemorativa já foi declarado que os Deputados não podem fazer esse tipo de prerrogativa.

Assim sendo, nós não temos outra forma a não ser votar a favor do projeto do Deputado Humberto Aidar, que propõe que nas transações imobiliárias sejam acrescentados o CRECI e o número do corretor imobiliário.

Assim sendo, votamos pela derrubada do veto.

(OS SENHORES DEPUTADOS PROCEDEM À VOTAÇÃO SECRETA, ATRAVÉS DO PAINEL ELETRÔNICO, DO PROCESSO Nº 88/15 – VETO)

O SR. DEPUTADO ERNESTO ROLLER: - Questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE: - Com a palavra, para questão de ordem, o nobre Deputado Ernesto Roller.

O SR. DEPUTADO ERNESTO ROLLER: - Gostaria de solicitar a Vossa Excelência ou ao Senhor 1º Secretário que faça a chamada nominal daqueles que não estão aqui, a fim de que venham ao Plenário votar.

(O SENHOR 1º SECRETÁRIO PROCEDE À CHAMADA NOMINAL DOS SENHORES DEPUTADOS PARA VOTAÇÃO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO, DO PROCESSO Nº 88/2015)

O SR. PRESIDENTE: - Solicito a liberação do painel eletrônico.

Oito "Sim"; quatorze "Não". Mantido o veto. À Secretaria para as devidas providências.

O SR. 1º SECRETÁRIO: - Processo 89/2015, de autoria da Governadoria do Estado de Goiás, que veta integralmente o Autógrafo de Lei nº 439, de 18 de dezembro de 2014, que cria o projeto de acessibilidade praia legal em Goiás e dá outras providências, cujo autor é o Deputado Frederico Nascimento.

O SR. PRESIDENTE:- Não há discussão por falta de oradores inscritos. Está em votação por escrutíneo secreto. Voto "Sim" mantém o veto. Voto "Não" rejeita.

(OS SENHORES DEPUTADOS PROCEDEM À VOTAÇAO, POR ESCRUTÍNEO SECRETO, AO VETO Nº 2015000089)

O SR. PRESIDENTE:- Transfiro a Ordem do Dia para a próxima Sessão Ordinária. Encerro a presente Sessão, convocando outra Sessão, Extraordinária, para as vinte horas, e convoco também a Comissão Mista.

Está encerrada a Sessão.

.....

SESSÃO ESPECIAL EXTRAORDINÁRIA FÓRUM DE DEBATES PARA TRATAR DO TEMA: "QUARTO PODER", LIVRO DE AUTORIA DO JORNALISTA PAULO HENRIQUE AMORIM, RELIZADA NO DIA 05 DE MAIO DE 2016

PRESIDENTE: Deputada Isaura Lemos.

COMPARECERAM OS SEGUINTES SENHORES DEPUTADOS: - Deputada Isaura Lemos.

A SRA. PRESIDENTE: - Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente Sessão Especial Extraordinária Fórum de Debates para tratar do tema: "Quarto Poder" - livro de autoria do jornalista Paulo Henrique Amorim, conforme Requerimento nº 525, de minha autoria.

Cumprimentar o nosso companheiro Paulo Henrique Amorim, cumprimentar todos os membros da Mesa, e neste instante eu farei uso da palavra justamente para esclarecer um pouco sobre esta nossa Sessão.

Faz parte da nossa Mesa, nessa importante data de hoje, nesse momento político complexo pelo qual estamos passando, algumas autoridades que eu gostaria de destacar: O Chefe de Gabinete de Gestão de Imprensa do Governador, Senhor Carlos Eduardo Reche, representando o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás, Doutor Marconi Ferreira Perillo Júnior; também fazendo parte da Mesa o membro da Comissão Cultural do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Desembargador Luiz Cláudio Veiga Braga; Cumprimentar também o Presidente da Associação Goiana de Imprensa, Senhor Valterli Leite Guedes; O Presidente do Sindicato dos Professores da Rede Privada do Estado de Goiás, Senhor Alan Francisco de Carvalho; O Presidente da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino do Brasil Central, Senhor Geraldo Porfírio; A Secretária da União da Juventude Socialista de Goiás, a estudante Mariana Falone; Também a Presidenta da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - Secção Goiás, companheira Ailma Maria; Também cumprimentar, fazendo parte da Mesa, o companheiro jornalista Marcus Vinícius, e um dos que organizou esta Sessão Especial, representando o Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, o companheiro Railton Nascimento.

Além dos componentes da Mesa, temos também diversas autoridades e entidades aqui presentes que anunciaremos a presença no decorrer da Sessão, como alguns ex-Deputados estaduais aqui presentes, como Célio Costa e Denise Carvalho.

É com muito prazer, com muita alegria que nós recebemos em nossa terra o jornalista Paulo Henrique Amorim, e eu decidi utilizar de uma matéria jornalística feita pelo nosso jornalista Marcus Vinícius; eu falei para ele que eu ia roubar suas palavras porque achei muito importante e muito rica a matéria que ele publicou divulgando esta Sessão. Estamos cientes de estar vivendo um momento político, como eu disse, muito complexo e que nessa realidade com a qual estamos vivendo parece-me que foi marcado de forma muito oportuna o lançamento do livro "O Quarto Poder, Uma Outra História".

Paulo Henrique Amorim é um dos mais talentosos e experientes jornalistas em atividade no Brasil. Ao completar 50 anos de carreira, ele escreve esse livro "O Quarto Poder, Uma Outra História" que disseca as entranhas da mídia, principalmente dos conchavos com o poder das famílias que administram veículos como a "Rede Globo", "Folha de São Paulo", "Estadão", "Veja" e outros. Paulo Henrique Amorim lança o Quarto Poder em Goiânia no dia 5 de maio. Esse evento é para debatermos sobre a mídia no Plenário desta Casa, com a participação de todos vocês que estão interessados em conhecê-lo mais, em saber mais dos bastidores da escritura dessa importante obra. Estão presentes diversas entidades do movimento estudantil, da área do jornalismo e autoridades.

Amorim é um jornalista inquieto. Com passagens por publicações como "Globo", "Veja", "Jornal do Brasil". Ele reúne em livro meio século de atividade profissional com tudo aquilo que as notícias nunca deram: o lado de dentro do jornalismo e do poder.

Criativo, inovou o jornalismo da "TV Record", com o programa "Domingo Maior", com grandes reportagens e uma narrativa que prende o leitor ao vídeo. Na Internet criou o site "Conversa Afiada", que tem mais de um milhões de Page views (visitantes diários). E é no canal Youtube do "Conversa Afiada", a "TV Afiada", que Amorim define seu livro: "Imagine 500 páginas de Conversa Afiada? Por exemplo, quem foi o maior assaltante de bancos do Brasil? Isto vai estar no livro o Quarto Poder"

Então, é muito instigante essa apresentação, porque sempre falamos que o brasileiro conversa fiado demais, e nesse caso é a "Conversa Afiada" do Paulo Henrique Amorim com a sociedade brasileira, que aprendeu a respeitá-lo e admirá-lo.

Páginas de fogo contra a hipocrisia.

O livro "O Quarto Poder, Uma Outra História" - Hedra, 2015- lança um olhar sobre sua trajetória de mais de cinco décadas de jornalismo, uma trajetória e tanto, marcada pela presença no jornalismo impresso e na televisão. E nesta insiste até hoje, atuação hoje combinada coma atuação nas redes, com seu site "Conversa Afiada", Paulo Henrique Amorim discorre em primeira pessoa, buscando inspiração em suas próprias anotações feitas ao longo de todas as décadas de atuação, desde repórter a editor. São mais de 550 páginas de história do jornalismo numa edição bem cuidada.

Curioso é acompanhar o texto amparado por fotos de anotações de décadas passadas guardadas ciosamente, um jornalismo meio em desuso em tempos de gravações descuidadas, só para constar, porque a verdade importa pouco.

O "Quarto Poder" é, também, uma denúncia de uma mídia oligopolizada a serviço da plutocracia semioligopolitizada, pois, dos 250 canais de

emissoras de TV no Brasil, cerca da metade, 122 emissoras, estão ligadas à família Marinho, dona da "Rede Globo de Televisão".

Paulo Henrique Amorim é o autor do termo PIG – Partido de Imprensa Golpista. Em seu livro detalha o papel dessa mídia partidarizada, antipovo e que sempre jogou contra os interesses deste país.

Uma mídia que foi contra a criação da Petrobrás, contra a mudança da Capital do Rio de Janeiro para Brasília, contra a construção da Ferrovia Norte-Sul, contra as mínimas conquistas para o trabalhador.

Jornais, como "O Globo" e o "Estadão", por exemplo, foram contra os projetos do Governo Vargas, como a criação do salário mínimo e da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

E ele fala também isso: quando o Presidente João Goulart criou, em 1963, o 13º, a "Globo" fez editorial de capa contra o benefício.

Paulo Henrique Amorim percorre todas essas décadas tumultuosas de nossa história. As campanhas dessa mídia contra o Governo de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Lula e Dilma.

Não por acaso, anota Paulo Henrique, o PIG sempre combate governos trabalhistas desenvolvimentistas. E até um amigo nosso, um jornalista de nosso partido, fala que a novidade não é a direita se alçar contra os direitos conquistados do povo, e sim o tempo que estamos passando de democracia de programas sociais de melhoria da vida do povo.

Essa foi a maior novidade das últimas décadas, porque falta de liberdade democrática e falta de atenção com a população é o que sempre foi o dia a dia da nossa população.

"Globo a serviço da ditadura". A "Rede Globo" enfrenta sua pena afiada, ácida em muitos capítulos, episódios, circunstâncias, olhar agudo do repórter, câmera implacável a esquadrinhar a história sem concessões e com a experiência de quem também trabalhou na "Rede Globo".

"A Segurança Nacional precisava de uma rede nacional de televisão. E a "Globo", para sua própria segurança, precisava de uma infraestrutura nacional de distribuição de áudio, vídeo e, principalmente, mensagens publicitárias", denuncia Paulo Henrique Amorim.

Nas palavras de Homero Icaza Sánchez, ex-diretor de pesquisa da "TV Globo", se não tem uma rede nacional, não se pode cobrar por um minuto de comercial o que se cobra. Então, a questão é econômica.

O primeiro "Jornal Nacional" foi ao ar em 1º de setembro de 1969, ano marcado pela escalada repressiva mais violenta da ditadura militar, que só vai se abrandar ali pelo final dos anos 70, quando vem a anistia. A rede estava implantada.

Manipulação.

O escritor e jornalista Emiliano José relata em uma resenha de "O Quarto Poder" que o Ex-Governador Brizola é personagem tratado com carinho por Paulo Henrique Amorim, talvez por sua ousadia e determinação, inclusive diante da perseguição movida pela mídia, a quem nunca se rendeu. Paulo Henrique Amorim também é carinhoso com Lula, malgrado sua crítica ao fato de os governos do PT não terem enfrentado a regulação da mídia.

Não lhe escapa a manipulação do debate entre Collor e Lula, feita pela "Rede Globo", e ele desce ao episódio com riqueza de detalhes. Qualifica Golbery como o feiticeiro do PIG, no pré-64, sobretudo, a partir da intervenção do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) na cena brasileira. "Os comandantes do assalto à opinião pública "para a preparação do golpe" eram o General Golbery do Couto e Silva e seu lugar-tenente, o escritor José Rubem Fonseca". Não poupa FHC, a quem qualifica de filho pródigo para a "Globo". Mostra também o papel da "Rede Globo" na eleição e reeleição do filho pródigo.

Mídia oligárquica.

Ler o Quarto Poder nos dias de hoje é fundamental para entender porque a mídia brasileira se lançou numa campanha contra a democracia. Em Goiás, o "Diário da Manhã", do jornalista Batista Custódio, é uma destas raras e honrosas exceções na mídia. É certo que o "Diário da Manhã" é um jornal de altos e baixos, mas conservou ao longo de suas mais de três décadas de existência a capacidade de conviver com todos os pólos ideológicos e todos os vieses de opinião. No "Diário da Manhã" há jornalistas de direita, de esquerda, de centro, anarquistas e até niilistas. E é sobre isso que Paulo Henrique Amorim fala também no seu livro, a falta de um jornalismo plural, que faça o básico, ouvir os dois lados e deixar o leitor tirar as suas conclusões.

Em O Quarto Poder, Paulo Henrique Amorim mostra que a profecia de um dos maiores jornalistas norte-americanos, Joseph Pulitzer, se concretizou:

"Com o tempo, uma imprensa cínica, mercenária, demagógica e corrupta formará um público tão vil como ela mesma." A prova da vilania foi a votação do impeachment, no dia 17 de abril. O baixo nível dos discursos dos Deputados só demonstrou o mal para o país da campanha intermitente, vinte e quatro horas por dia, que a "Globo" e seus associados do PIG fazem contra um governo democraticamente eleito. O baixo nível dos Deputados e as manifestações de ódio nas marchas dos "coxinhas" são a prova cabal da daquilo que Pulitzer tanto temia, quando se referia ao mau uso dos meios de comunicação.

E é o que se constata hoje com a revista "Veja", que Amorim chama de "detrito sólido da maré baixa". A publicação que nas décadas de 1960 a 1980 representou uma das melhores fases do jornalismo brasileiro, com chefes de redação do quilate de Mino Carta e Claudio Abramo, tornou-se um panfleto de extrema direita, perdendo a imparcialidade e a acuidade das matérias.

Paulo Henrique Amorim não é petista, nem "petralha", nem "coxinha". É um jornalista com preocupação social, com ideias desenvolvimentistas. Digamos que é o que Brizola chamava de "socialista moreno", ou seja, um humanista tropical, com um livro de Darcy Ribeiro nas mãos e uma ideia de justiça social na cabeça.

Ao comentar sobre o 1º de maio deste ano, em sua "TV Afiada", Paulo Henrique Amorim faz um paralelo do passado e do presente: "No dia 1º de maio de 1940, Getúlio Vargas criou o Salário Mínimo. Em 1º de maio de 1941, Vargas criou a Justiça do Trabalho e em 1º de maio de 1943, criou a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas. Fernando Henrique foi eleito dizendo que iria acabar com o legado de Vargas. Michel Temer, Eduardo Cunha e Moreira Franco dizem agora que irão acabar com a herança de Vargas. Daí que se vê a importância de estarem juntos, o ex-Presidente Lula e a Presidenta Dilma, nas comemorações do 1º de maio deste ano, no Vale do Anhangabaú em São Paulo. Vamos ver se o legado de Vargas vai ou não ser destruído. Quem vai ganhar a briga pela democracia, o povo ou a mídia? A história já mostrou antes com as "Diretas Já" que a democracia prevalecerá.

Fiz questão de ler esta matéria porque penso que reproduz aquilo que queríamos dizer, Jornalista Marcos Vinícius. De certa forma, é um jeito de ser justo com o jornalista goiano que tem também batalhado na imprensa para manifestar suas opiniões e ideias de forma a contribuir para o esclarecimento de todos esses fatos.

O Centro de Mídia Barão do Itararé tem cumprido esse trabalho de reunir tudo de bom da imprensa Goiana para que possamos também desempenhar um papel de repercutir aquilo que na imprensa nacional é feito de uma forma séria, de uma forma que venha a ser um oásis no meio desse deserto de informações, de confusões, de falácias, que temos acompanhado no dia a dia.

Sabemos que a população tem muita dificuldade para compreender tudo isso que está se passando, tem muita dificuldade, e quando existe um jornalista com destaque internacional, com posicionamentos claros, posicionamento de levar a verdade de uma forma mais pedagógica à população, temos de saudar.

Por isso, a importância deste evento que, na verdade, além do lançamento do livro é uma homenagem a esse grande jornalista que está e vai continuar desempenhando, com certeza, um grande papel na mídia brasileira.

Temos que compreender que a história, de fato, não caminha de forma linear. O processo histórico tem seus altos e baixos, seus avanços e recuos, e nós, com toda essa situação que estamos vivendo, esperamos que mesmo que haja alguns recuos, que agora possamos avançar com uma proposta bastante clara, que é a proposta que estamos fazendo e estamos conseguindo adeptos de todos aqueles democratas conscientes de um plebiscito para as eleições Diretas Já. Penso que é dessa forma que a população pode responder, que é um instrumento para a população se posicionar e sair dessa confusão em que foi metida, devido a um consórcio oposicionista formado pelas grandes empresas, pela mídia, mas especialmente por um Poder Judiciário que, com certeza, não está comprometido com os interesses do povo, pelo menos grande parte dele, e várias instituições como a Polícia Federal, grandes setores também da Polícia Federal, do Ministério Público, que deveriam estar defendendo o povo, infelizmente, vemos todos atuando de forma bastante articulada.

E fico impressionada, porque essa maioria que às vezes a gente pensa silenciosa, está também começando a se posicionar, especialmente depois do dia 17, de uma forma seguinte: "Tá bom, mesmo que eu não quisesse a Dilma, eu também não quero o Temer." E cada vez que fica claro o programa "Uma Ponte para o Futuro", que alguns falam que é uma pinguela para o passado. Mas eu não acho que seja uma pinguela, acho que é uma ponte que até que está bem estruturada. Porque tem o Supremo, o Senado, e grande parte da Câmara, mídia, todos dando essa sustentação. Mas, cada vez que fica claro esse programa, porque se vê que jamais um Presidente da República seria eleito em cima de um programa tão desrespeitoso com os direitos conquistados, como também com todo que nós conseguimos avançar em termos de democracia. A saúde e a educação seriam desvinculadas totalmente do orçamento; as leis trabalhistas totalmente flexibilizadas dentro desse programa, proposto por Temer; o salário mínimo desindexado em relação à inflação; a previdência

desindexada em relação ao salário mínimo; o Pré Sal, que tanto nós saldamos a descoberta, sendo explorado por um sistema de concessão, e não de partilha, que resguarda essa riqueza importante do Pré Sal para o povo brasileiro e para já aplicação direta na melhoria da Saúde e da Educação; e o bem mais precioso que nós conquistamos nesses últimos anos, que é a democracia.

Nós temos visto, em vários aspectos, essa democracia sendo aviltada. Aqui no nosso Estado, há dez dias, realizamos uma audiência pública com os setores da Universidade Federal, o Instituto Federal também, o Instituto Técnico Goiano, em que a Universidade recebeu uma advertência – uma recomendação, nº 75, em que essa recomendação fala, no início dela, que: "O Ministério Público pode prender, o Ministério Público pode utilizar muitas medidas coercitivas se a Universidade continuar fazendo debates sobre a questão da democracia, do golpe no nosso Estado."

Já demonstra a gana desses setores reacionários para barrar e amordaçar a Universidade, que sempre foi um centro do debate democrático. Então, nós vemos que isso é um sinal de que nossa democracia, de fato, está sendo ameaçada.

Quando ocorreu o golpe de 1964, nós vimos – inclusive eu citei o livro do Tarzan de Castro, gostaria que todos os goianos e brasileiros, pudessem ter acesso e leitura – coloca o tanto que antes de 1964 vivíamos, também, uma polarização muito grande. E que, depois do golpe, começaram a surgir fatos que as pessoas começaram a estranhar, e um atrás do outro. E a gente começa a perceber esses fatos de volta, essas posturas de reacionários de volta.

Nós não podemos permitir que isso prospere. Nós temos que barrar com a força do povo nas ruas. E, por falar em povo, ontem, eu estive no Município de Cavalcante, no Nordeste Goiano, para fazer o Relato da CPI sobre o Tema Abuso Sexual, Exploração do Trabalho Infantil e Adoção Irregular. E naquele município eu fiquei com o nível de consciência daquelas famílias. Todas se posicionando contra o golpe, e um dos senhores se levantou e falou: se não existe lei, como nós estamos vendo que não tem lei, nós temos que ocupar o Senado. (Risos) E naquele momento exatamente os estudantes estavam ocupando o Senado.

Então, essa descrença em relação ao Supremo é gravíssima! É justamente uma postura em que a população começa a perceber que não existe lei. Se de um lado nós sabemos que está sendo ameaçada a democracia, por outro lado também estamos vendo que pode, sim, por outro lado, ter uma reação popular contra tudo que está acontecendo de desmando e de agressão à democracia.

Enfim, com essas palavras, grande Jornalista, batalhador e guerreiro do povo brasileiro, da mídia, eu encerro as minhas palavras e eu tenho certeza de que todos aqui reverenciam o seu trabalho e a sua dedicação.

(APLAUSOS)

Eu quero, antes de conceder a palavra ao Jornalista Paulo Henrique Amorim, anunciar a presença da Vereadora Tatiana Lemos, que está aqui representando a Câmara, os meus netos.

Concedo a palavra ao Jornalista Paulo Henrique Amorim, autor do Livro "O Quarto Poder."

O SR. JORNALISTA PAULO HENRIQUE AMORIM:- Como diz um amigo meu: "Olá, tudo bem?" É uma grande honra estar aqui, quero, antes de mais nada, saudar a Deputada Isaura Lemos e suas generosas palavras e também a iniciativa de ter permitido que o meu modesto livro pudesse ser lançado aqui em Goiânia, nesse ambiente solene e respeitável que é a Assembleia Legislativa do Estado.

Quero agradecer a presença do Carlos Eduardo Reche, quero saudar também o Luiz Claudio Braga, o Presidente da Associação Goiana de Imprensa Valterli Leite Guedes; O Presidente do Sindicato dos Professores da Rede Privada do Estado de Goiás, Alan Francisco de Carvalho; O Presidente da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino do Brasil Central, Geraldo Porfírio; A Secretária da União da Juventude Socialista de Goiás, Mariana Falone; A Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil Seção Goiás, Ailma Maria; O generoso Marcus Vinícius, que traçou aquele perfil do meu livro, e o Raílton Nascimento, meu colega no Barão de Itararé; A Vereadora Tatiana Lemos e também registrar que, com muita satisfação, eu vejo aqui o Olavo Noleto, que desempenha um papel heróico na SECOM, tentando enfrentar a força da "Globo".

(APLAUSOS)

Antes de qualquer coisa, eu gostaria de fazer duas pequenas correções à introdução que me precedeu. Em primeiro lugar, Marcus Vinícius, não fui eu quem inventou a expressão PIG. A expressão PIG nasce do Deputado do PT de Pernambuco,

Fernando Ferro, que se referiu ao Partido da Imprensa para tratar de um artigo do Ali Kamel, Diretor de Jornalismo da "Rede Globo", que atribuía ao então Ministro da Educação, Fernando Haddad, um determinado material escolar que elogiava, enaltecia a obra de Mao Tsé-Tung e chamando, portanto, o Haddad de um comunista maoísta. O Haddad demonstrou com muita facilidade que aquele livro era da gestão do Fernando Henrique Cardoso.

Então, o Fernando Ferro criou o Partido da Imprensa, e um internauta, um amigo navegante do Conversa Fiada, me mandou um comentário dizendo: por que não chamar de PIG – Partido da Imprensa Golpista? E eu achei ótimo, porque PIG em inglês significa porco. É o Partido da Imprensa Golpista – o porco. Isso nós dizíamos lá atrás que era um partido que ia dar um golpe. Agora, recentemente, teve aqui no Brasil o máximo do lema, que foi o 1º Ministro da Itália que fez uma contribuição a esse conceito. Antes de vir para o Brasil, ele leu alguns jornais brasileiros e chegou à conclusão de que se trata de propaganda vulgar. A imprensa brasileira não passa de propaganda vulgar, segundo esse estadista italiano, um líder Europeu. Portanto, é o partido da propaganda vulgar, o PPV. Então, está a escolha de todos os presentes, PIG ou PPV. Eu acolho os dois com muita alegria.

Queria começar as minhas palavras dizendo também, para esclarecer o que disse a nossa Deputada Isaura Lemos, o maior assaltante de bancos do Brasil, é uma expressão criada pelo falecido jornal Pasquim, para se referir a Roberto Marinho. Porque, segundo o Pasquim, o Roberto Marinho assaltava Bancos públicos, que é o que a "Globo" pretende fazer agora nesse suposto governo que entra aí sob a liderança desse grande líder brasileiro, Michel Temer, que foi o Deputado Federal menos votado do PMDB de São Paulo.

Hoje, no meu blog Conversa Afiada, escrevi um post logo após a notícia de que o Supremo tinha tirado o Eduardo Cunha da Presidência da Câmara e depois de ter decidido suspender o mandato do Eduardo Cunha.

Então, escrevi o seguinte post, vou tentar resumi-lo e fazer alguns comentários laterais: o STF não mudou nada. A decisão do STF não muda um único voto no Supremo quando for a hora de votar o impeachment da Presidenta Dilma. O STF vai votar exatamente como ia votar ontem, quando tiver que condenar a Dilma. O STF não mudou um único voto no Senado que vai condenar a Dilma. O STF não mudou. O Ministério Público Federal, nem o Procurador Geral Janot, que decidiu, agora, entre outra idiossincrasia, que é preciso prender o Lula e a Dilma.

O STF não mudou a natureza desse golpe, e a natureza desse golpe é muito clara, o objetivo do golpe é ferrar o povo brasileiro, é tão simples quanto isso, é um golpe para ferrar o povo, como foi o golpe de 1964. A decisão do STF não devolve ordem ou lei ao caos que foi criado com as manobras para levar ao golpe. Reina, hoje, a mais absoluta insegurança jurídica, e, quando a areia se move, na praia da casa grande, quem se ferra, quem se afoga, é o povo

Até os empresários estão inseguros. Não há nenhuma segurança. Eu, anteontem, conversei com um alto funcionário de um banco internacional com sede em São Paulo e perguntei se os empresários iam se beneficiar dessa nova lei que permite repatriar recursos que eles lavaram lá fora, e querem, agora, legalizar no Brasil. Como está o movimento para fazer isso?

Ele me disse: "Nenhum". Nenhum. Ninguém quer trazer dinheiro. Porque, embora a lei preveja que as informações prestadas para repatriar o dinheiro não serão usadas judicialmente, ele me disse: "E o Moro?" Se o Moro prende o empresário pelo que não tem, quanto mais se ele disser o que tem.

Não há nenhum movimento para repatriar dinheiro porque não há nenhuma segurança jurídica com esse caos que se instalou no Brasil. Nada funciona. A polícia não funciona. O Ministério Público não funciona. O Congresso não funciona. A Magistratura não funciona.

Todo cidadão, hoje, é suspeito. E pode ter o destino que um delegado de polícia quiser porque, daqui a pouco, vão acabar com o habeas corpus. E em muitos casos, na prática, já não têm mais habeas corpus.

A decisão do STF não chega a redigir um ato institucional. Todo golpe precisa de um ato institucional. Precisam ter regras que digam como vai funcionar o país depois do golpe, como o Ato Institucional de 1964, que foi redigido por um grande jurista.

Há grandes juristas para todos os golpes, como Carlos de Medeiros Silva, que estabeleceu o processo de cassação sumária e, portanto, deu legitimidade ao golpe. E os primeiros cassados foram João Goulart e Luis Carlos Prestes.

Em 2016, o golpe é tão esculhambado, tão despudorado, com as vísceras à mostra, que não conseguiu, ainda, redigir o seu ato institucional. É o golpe em busca de um redator. Pelo jeito ele não está no STF, porque o STF, aparentemente, se arrogou à prerrogativa de julgar o rito, de saber se Cristo foi condenado segundo o rito. Foi. Cristo foi

crucificado segundo o rito, segundo as leis vigentes. O Regime Nazista se instituiu legalmente, por eleição. E a Magistratura continuou trabalhando com o regime nazista.

Pelo jeito o redator do ato não está no Supremo, porque precisava ter uma visão mais ampla, de 180º, que transcendesse a questão do ritual. Esse redator também não está na "Globo". Não está na "Globo", onde o neofascismo de seus colunistas não têm correspondência em talento. O Merval que eu chamo, em meu blog, de Ataulfo Merval em homenagem a um membro da Academia Brasileira de Letras, chamado Ataulfo de Paiva, que deu nome a uma avenida muito bonita, que tem em minha cidade maravilhosa. O Ataulfo de Paiva foi eleito para a Academia Brasileira de Letras sem ter escrito uma linha, sem ter feito um "poeminha", um discurso. Tanto assim que Zé Lins do Rego, quando assumiu a cadeira dele, quando ele morreu, em boa hora, Zé Lins do Rego se recusou a cumprir um ritual que é saudar quem sentava na cadeira que ele iria sentar. Ele disse: não posso saudar o Ataulfo de Paiva, porque ele não fez nada. Então, chamo o Merval de Ataulfo, porque ele não fez nada, que nem o patrão dele, o Roberto Marinho, que foi para a Academia Brasileira de Letras sem ter escrito uma linha, era o Jorge Serpa quem escrevia.

Então, daí não irá sair um Rubem Fonseca, como você lembrou, que era o grande redator do Golbery, era o ghost writer do Golbery para armar, no IBAD, no IPES, a ideologia do golpe, a manipulação da imprensa. O que eles faziam ali no IPES era fornecer material, editoriais, supostas reportagens escritas pelo José Rubem Fonseca e distribuir de graça. E montar uma rede paralela de rádio para combater a "Rede da Legalidade", do Brizola.

Montaram uma operação para conquistar a opinião pública. E conquistaram, em boa parte. Também o redator desse golpe não será o Elio Gaspari, que escreve na "Folha", no "Estadão", e que escreveu uma extensa bibliografia para provar que o General Golbery e o General Geisel são os fundadores da democracia brasileira. Ele é o biógrafo do Golbery. E hoje, toda semana, escreve duas vezes na "Folha" e no "Globo", defendendo o golpe. O Henrique Meirelles também não vai escrever o ato institucional, porque não tem competência para isso, nem sai do Ministério da Fazenda uma ideologia de golpe.

Então, nós temos uma situação muito difícil. O Cunha hoje foi afastado provisoriamente, porque para tirar o mandato dele é preciso ter a maioria do Plenário da Câmara. E quem tem a maioria do Plenário da Câmara é o Cunha. Ele elegeu com operações dele 267 Deputados. E ele sabe o nome deles todos e o quanto deu a cada um. E é bom o Temer saber disso, porque o Cunha vai criar um Cunha dentro do PMDB. E para o Temer aprovar o que ele quer, se ele tomar posse, vai ter de comer pela mão do Cunha.

O "Estadão" de hoje diz que o Cunha quer nomear o Secretário-Geral da Receita Federal. Daqui a pouco ele vai querer nomear o Diretor-Geral da Polícia Federal, o Diretor de Câmbio do Banco Central. Vai ser difícil enfrentar o Cunha.

A Dilma vai perder no Senado, no Supremo. E, se vacilar, a Dilma vai perder a rua. Vai perder a rua porque talvez ela siga pelo caminho de resistir, no Palácio, à sua queda, e sair pela porta da frente, derrotada. Essa talvez seja uma solução corajosa, valorosa, de uma guerrilheira, de uma mulher íntegra, sobre a qual não repousa nenhuma suspeita. Mas, é uma solução individualista. É uma solução personalista, que fica bem na biografia dela. Mas, não fica bem na biografia de um agente político eleito pelo povo. Porque, para que seja representante dos eleitores que a elegeram, ela tem que fazer da queda dela um instrumento de ação política, como Vargas, que se matou e evitou o golpe por dez anos. Não foi uma atitude pessoal. Não foi uma atitude personalista, que fica bem na biografia autorizada. Tem que dar consequência política ao golpe. E essa consequência virá. Porque nem isso, essa decisão do Supremo mudou. Essa consequência virá porque vai ter luta.

Como diz o blog "Conversa Afiada": "o pau vai comer". O que significa "o pau vai comer"? Não é que vai ter uma revolução comunista, o Lenin não vai saltar na estação Finlândia e desembarcar em Brasília. Não. "O pau vai comer" na resistência popular daqueles que querem votar, porque não conhecem a legitimidade e a autoridade desse Governo que quer se instalar para ferrar o povo.

O golpe não resistirá à firmeza, à consistência, à clareza de uma palavra de ordem, como "eleição" e como "plebiscito". Eu desconfio que a ideia do plebiscito, que é brilhante... Foi como me disse a amiga, Deputada Jandira Feghali, o plebiscito é uma palavra de ordem que liga, que aproxima, que ascende à cabeça das pessoas. É mais fácil aprovar o plebiscito do que aprovar a eleição direta.

Pelo Plebiscito você consegue fazer com que o Senado, numa decisão preliminar, aprove o Plebiscito, mande para Câmara e depois de aprovado no Senado, ganhe uma força, uma

dimensão que pode constranger a Câmara. Se tiver ali na frente, não precisa de 100.000 pessoas, não precisa de um milhão de pessoas, não precisa da marcha do mal, basta um grupo articulado de manifestantes em pontos chaves do Brasil mostrando que teremos luta, que o pau vai comer. Metaforicamente, o pau vai comer.

O Plebiscito é uma palavra irresistível nessas atuais circunstancias, e desconfio que ele seja produto da cabeça iluminada do meu amigo Flávio Dino, Governador do Maranhão, que certamente transcenderá breve os limites do longínquo Estado do Maranhão e vai adquirir, como seu rival e o seu êmulo José Sarney, uma dimensão nacional.

Mas, hoje, vemos o país de certa forma com uma articulação desarticulada de grupos políticos de extrema força, representantes da classe média, que se prestam a servir a casa grande na esperança de fazer parte dela, na esperança de ser convidado pro chá das cinco na casa grande.

É a classe média que se instalou na magistratura, a classe média do Dr. Moro, que tem como objetivo, e sempre teve, prender o Lula, e agora prender a Dilma, com a indicação do Janot. E a Lava Jato só teve esse objetivo desde o início, prender o Lula para não deixar ele se eleger em 2018. Foi para isso que foi feita a Lava Jato. E foi um erro político muito grave da Dilma e do seu suposto Ministro da Justiça, o inútil José Eduardo Cardoso, acreditar que o Moro queria combater a corrupção e que o legado do Governo Dilma seria ter combatido a corrupção, porque aquilo jamais subiria a rampa do Palácio do Planalto.

Quando o Zé Dirceu foi preso pelo domínio do fato, que é uma carnivalização, uma tropicalização, um aborto da Teoria do Domínio do Fato Original da Alemanha... Quando Dirceu foi condenado, e o Genoíno foi condenado – esse "milhardário", esse "cleptocrata", o Zé Genoíno, condenado por domínio do fato.

O Zé Cardoso – que é do PT – disse: "A lei é dura, mas é a lei." Só faltou repetir aquele comercial que tinha no rádio no tempo que eu era garoto, na Rádio Nacional: "Dura lex, Sed lex, no cabelo só Gumex" – que era uma pasta que se passava no cabelo. O Zé Cardoso falou: "Dura lex, Sed lex, e dane-se Genoíno! Dane-se Dirceu! Não tenho nada a ver com isso". E o Moro foi lá e pegou ela. Se não foi o Moro, ainda, foi o Janot.

Então, começa pela magistratura, que é uma fortaleza da classe média. O "PIG", que representa, mais do que ninguém, a "casa grande", e que é formado por jornalistas que também se transformaram em arautos e trombones dos interesses da "casa grande", e, sobretudo, dos seus patrões.

Porque houve uma forma de arregimentação viciada, que foi a maldita instituição do diploma para ser jornalista. E não precisa de diploma para ser jornalista. O Mino Carta, que é o maior jornalista do Brasil, não tem diploma nem de direito, quanto mais de jornalismo. Eu sou sociólogo. E daí?

Jornalismo você aprende em três meses. Mas precisa ter lido Machado de Assis, Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco, e três meses de jornalismo. Só. E saber português, "né", que é uma coisa que hoje não se encontra mais na imprensa brasileira. Hoje, a "Folha de São Paulo" deu a notícia da morte de um escultor, muito famoso na Suécia, que fez aquela escultura da pistola enrolada no seu próprio cano – que ele construiu para homenagear o amigo John Lennon, que está na porta da ONU, e a notícia da "Folha de São Paulo" não dizia o nome do morto! "Morreu na Suécia 'Fulano de Tal', que se notabilizou por blá, blá, blá...". Como é que se chama a vítima?

Tem outra correção na "Folha", hoje, muito engraçada. No domingo, eles deram uma série de fotos da Dilma batendo no rosto, falando que ela estava tentando se livrar de uma mosca. Hoje, eles disseram: "Não, não. Nós não podemos dizer se era uma mosca. Erramos, não sabemos se era uma mosca." É grotesco. São esses meninos que fazem o "PIG".

Tem um Ministério Público Federal – o cérebro na Constituição Federal de 1988, que ajudou a criar o Ministério Público Federal, o Ministro Sepúlveda Pertence, a certa altura, há dois anos, ele disse ao meu amigo Maurício Dias, da "Carta Capital": "Maurício, criei um monstro. É um monstro desgovernado."

Outro dia, eu publiquei no meu blog: "Dois procuradores federais foram à casa de um caseiro, que fica ao lado do sítio que é do Jacob Bittar, que o Lula frequenta, e intimidaram, ameaçaram o caseiro para que ele dissesse que o sítio era do Lula. Isso foi gravado pelo filho do caseiro. É esse o Ministério Público Federal? Que diz: "Não, não, não, a gente só está interessado na corrupção do Lula para cá."

Aquele juiz, que eu chamo de "O Não Vem ao Caso", que é o Moro, toda vez que falavam em um tucano ele dizia: "Não, não, isso não vem ao caso..." O único tucano mencionado na Lava Jato é o Sérgio Guerra, que foi Presidente do partido e que hoje está morto, é um tucano morto.

Essa combinação de magistratura, "PIG", Ministério Público Federal... E tem um ingrediente importante nesse golpe, muito importante, que eu chamo no meu site de "A sede da sedição", que é a Polícia Federal.

O Lula e a Dilma equiparam a Polícia Federal, deram salário, qualificação profissional, treinaram, mandaram para o Exterior... No tempo do Fernando Henrique não tinha caminhonete, não tinha carro para fazer diligência na rua, não podiam pegar avião... E o Lula e a Dilma profissionalizaram a Polícia Federal.

Agora, tem uma questão importante. A autonomia da Polícia Federal é uma autonomia funcional. É uma instituição de Estado subordinada ao Ministério da Justiça. Portanto, a Polícia Federal tem chefe. E a única polícia no mundo que não tem chefe é a polícia da ditadura. O delegado Fleury saía pelo Brasil inteiro, matava quem queria e não dava satisfação a chefe nenhum. A Polícia Federal do Brasil não dá satisfação a ninguém, não responde a ninguém. Ninguém pergunta: "Mas que história é essa? O que vocês foram fazer aí?" Cada delegado da Polícia Federal é um procurador de Justiça, é um juiz, se não for um torturador. E mais, pesa sobre a Polícia Federal de Curitiba, e que está abafado, o fato de que eles grampearam o mictório do Youssef sem autorização judicial. Grampear mictório de preso e a Revista "Carta Capital" tem demonstrado pelo Berangê, em reportagens consecutivas, como é que a Polícia Federal montou operações de busca com uma delatora que eles intimidaram. Fizeram um acordo com uma delatora e combinaram, por exemplo, o seguinte: eu consegui este documento aqui. Agora a gente precisa arrumar uma busca e apreensão para dizer que a gente achou este documento nesta busca e apreensão, senão, este documento é ilegal. E a delatora, que era possuidora do documento, montou com a Polícia Federal a operação de busca e apreensão. E essa Justiça Federal que está lá na Vara do Moro. Nessa Vara que o meu amigo Pedro Serrano, advogado de São Paulo, disse: é um Congresso Estalinista, você já sabe qual vai ser o veredicto antes de as partes se manifestarem.

O Moro mandou buscar o Dirceu, que estava preso em prisão domiciliar. Mandou buscar o Dirceu na casa dele, em Brasília. Porque a Vara do Moro não tem dinheiro para pegar um avião e ir de Curitiba a Brasília. E ele disse ao Supremo que precisava ouvir o Dirceu com muita urgência. E aí o Supremo disse: está bom, então leva o Dirceu para Curitiba, para aquele seu Hotel Cinco Estrelas de lá. E o Dirceu foi para Brasília. O Moro levou seis meses para ouvir o Dirceu! Para humilhá-lo, para torturá-lo psicologicamente, como se estivesse numa cela solitária, numa cadeia do Stalin, para ele fazer delação premiada. E não fez. E quando foi depor desafiou o Moro e provou que o Moro não tinha nada contra ele e não sabia nada do que perguntar. Era uma farsa. Mas, ele tinha que ouvir o Dirceu.

E agora, no meu Blog, diz que o Moro não pode soltar o Dirceu, porque o Dirceu está preso. Por isso que ele não pode soltar o Dirceu. Como ele vai se explicar? Soltei o Dirceu... Ele prendeu o Dirceu, tem de mantê-lo lá preso! Por quanto tempo? Não é da conta de ninguém! Ninguém tem nada a ver com isso. Ele vai determinar: oito, doze, dezessete anos. Qual é o crime? Não interessa! É o domínio do fato! Não há lei. Não há lei nessas comunidades de classe média que servem a Casa Grande na esperança de a ela pertencer. O Congresso não é assim. O Congresso é resultado da mais despudorada intervenção do dinheiro na política brasileira. Não há Congresso pior do que esse, não há Congresso mais corrompido como uma bancada de 267 Deputados eleitos pelo Eduardo Cunha. Esse Congresso é o reflexo dessa intromissão absoluta e ilimitada da grana na política brasileira.

A parte de tudo isso existe aquilo que eu chamei de o "Farol dos Piratas". Imagine os corsários, os corsários se aproximando da costa na noite escura, dez, vinte, quinze corsários cheios de piratas, com punhal nos dentes, olho tapado, procurando saber para onde ir para fazer o motim, predação, na noite escura, densa, lá ao fundo tem um farol que orienta a caminhada e a navegação da pirataria. É o farol da "Globo". A "Globo" é o farol do golpe. Por quê? Porque se usa a metáfora, por que esses movimentos todos desses agentes golpistas, na Magistratura, no Ministério Público Federal, na Polícia Federal, no Congresso e no próprio PIG? Agiam durante o dia, cada qual no seu território, na sua linha de combate, sempre com o objetivo de ferrar o povo. Não vamos tergiversar, não vamos complicar, é uma questão de deslegitimação uma eleição indireta, é contra o povo, como foi em 1964, vamos facilitar.

Então, os piratas vinham, o Ministério Público Federal, Policia Federal, o PIG, cada um vinha no seu corsário, olho fechado, e na noite densa aparecia o farol da "Globo". O que era o farol da "Globo"? Era o "Jornal Nacional". Que todas as noites organizava a esquadra pirata. Botava tudo junto. Dava ordem, articulava. Dava o rumo. "Aqui a Polícia Federal fez isso". "Aqui o Ministério Público fez aquilo". "O Moro, o Moro, o Moro". Isso dava nexo, dava orientação.

E esse papel a "Globo" desempenhou quando matou Vargas. Se não era "Globo", era o Assis Chateaubriand, foi o Carlos Lacerda. Esse papel desempenhou a "Globo" para tentar impichar o Juscelino. Esse papel desempenhou a "Globo" no golpe.

No dia seguinte ao golpe, o Roberto Marinho escreveu um editorial "A democracia está de volta". No dia seguinte, Roberto Marinho pegou uma lista daqueles que deveriam ser torturados. Está aqui em meu livro. Ele recebeu dos golpistas uma relação dos intelectuais e jornalistas que faziam parte de um grupo de defesa do Jango e entregou à polícia.

Estava lá o Ferreira Goulart, que hoje defende os golpistas na "Folha de São Paulo". Era um dos que o Roberto Marinho queria entregar ao DOPS.

E a "Globo" desempenhou esse papel para derrubar o Jango. A "Globo" desempenhou esse papel para fazer aquilo que Marcos Rubem observou muito bem. Os militares precisavam ter um alcance nacional. Precisavam cobrir o país inteiro. Montaram uma rede de microondas e precisaram de uma linguagem que fosse unificadora. E quem deu essa linguagem foi o "Jornal Nacional".

Por que tem o nome de "Jornal Nacional"? Porque ele é nacional? Não. É porque o patrocinador era o Banco Nacional, do Magalhães Pinto, Governador de Minas, que deu origem ao Golpe de 64. Não é porque ele era nacional, era porque era do Banco Nacional do golpe.

E foi essa linguagem unificadora que a "Globo" deu ao regime militar. E é por isso que digo, no meu livro, a quem os militares deram uma Casa da Moeda? À "Globo". Porque aí ela chegou e começou a distribuir suas casas da moeda. Os Câmara em Goiás, Sarney no Maranhão, Albano Franco, e foi entregando. E Essas unidades eram máquinas de rodar dinheiro, porque tinham a obrigação de sacrificar a cobertura regional, local, para manter a programação nacional da "Globo", cujo encaixe era sempre maior, mas todo mundo ganhava dinheiro e todo mundo tinha poder político. Então, a "Globo" construiu suas casas da moeda e o seu aparato político de defesa. E os militares retribuíram isso.

Primeiro, a "Globo" precisava se livrar dos sócios americanos, vocês sabem que a "Rede Globo" nasceu como uma operação de testa de ferro. Roberto Marinho não tinha dinheiro, pegou dinheiro dos americanos do Time/Life e fez uma emissora, dizendo que era dele, mas não era dele.

Naquela altura, Assis Chateubriand ficou indignado, pois tinha se associado à "Rede Tupi", resolveu combater o Roberto Marinho. Foi criada uma CPI. Essa CPI ia trucidar o Roberto Marinho, porque ele não tinha força. Aí, o que aconteceu? O Presidente Costa e Silva encomendou a um de seus Ministros – que eu não posso identificar, porque recebi essa informação com a condição de anonimato – e disse: não podemos ter uma rede de televisão americana aqui. Resolva esse problema. Esse Ministro fez o seguinte, mandou o Roberto Marinho pedir um empréstimo no Banco Morgan, nos Estados Unidos. O Roberto Marinho pediu e o Governo brasileiro, através de suas empresas estatais, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Eletrobrás, Petrobras, etc., etc., etc. passaram a anunciar maciçamente na "Rede Globo", quase tanto quanto a Dilma faz, por preço de tabela. O Estado brasileiro anunciava na "Globo" por preço de tabela, coisa que não se usa. A tabela é apenas um início de conversa, um início de negociação. O Governo ia lá e pagava o que a "Globo" pedia. O Roberto Marinho se encaixou de dinheiro, botou o dinheiro no bolso e comprou as ações do Grupo Time/ Life e se tornou dono da "Globo". Depois, ainda no regime militar, que é bom não ter ilusão sobre isso, o governo Sarney foi uma extensão do governo militar. E o Tancredo era – como demonstra o meu livro – o candidato do General Figueiredo. Não era o Andreazza. O Candidato do Golbery e do Figueiredo era o Tancredo.

No Governo Sarney a "Globo" entrou numa aventura mal sucedida, que foi uma televisão na Itália. A "Tele Monte Carlo". Um delírio do filho mais velho. Eu fui entrevistar um político italiano que acabou exilado por corrupção, e ele perguntou se eu trabalhava na "Rede Globo". Eu respondi que sim. E ele perguntou: "Mas, o que são aqueles meninos lá? 'Tutti pazzi? Eles vieram para a Itália competir com Berlusconi?"

E sabem o que o Berlusconi fazia quanto a "Rede Globo" na Itália? Ainda era tempo de microondas. Eles iam lá e cortavam o fio. O sinal da "Globo" não trafegava na Itália. Aí eles perderam 140 milhões de reais lá, o Sarney estava dirigindo o País, o Brasil estava quebrado, não tinha mais reservas cambiais e ia para moratório dali a dois, três meses.

O Roberto Marinho foi ao Sarney disse: olha preciso que vocês me ajudem a resolver esse problema. O Sarney chamou o Presidente do Banco Central, Bracher; o Ministro da Fazenda, Funaro, e disse: olha, vamos resolver o problema do Roberto Marinho, que não posso deixá-lo quebrar.

O Governo Brasileiro financiou-o em 140 milhões de dólares, ele trocou esse dinheiro no paralelo e transformou pedra em ouro. É um alquimista.

Quando o Tancredo formou o Ministério dele, a primeira escolha que ele fez foi do Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, que era homem da confiança dos militares, porque foi Secretário da Receita Federal durante vários Governos militares.

A segunda escolha foi de Ministro das Comunicações e ele indicou aquele que agradava ao Roberto Marinho, que é o Antônio Carlos

Magalhães. Antônio Carlos Magalhães, que apoiou o Regime Militar e se beneficiou desde o início.

Não é nenhuma novidade para nós, se vocês estão espantados que o Tancredo tenha escolhido o Ministro das Comunicações alguém de confiança da "Globo", saibam que todos os Ministros de Comunicação do Lula e da Dilma eram de confiança da "Globo". A começar pelo primeiro deles, o Miro Teixeira, que é advogado da "Globo", é instrumento da "Globo" no Congresso Nacional.

Aí, o Tancredo escolheu Antônio Carlos Magalhães, o Ulisses Guimarães, que era do PMDB, naquela época podíamos nos referir ao PMDB na frente de senhoras, hoje já não é recomendável, dizer, fulano é do PMDB, fica parecendo que ele pertence a uma organização perigosa.

Ulisses chegou para Tancredo e disse: vou romper com você, o PMDB vai romper com você e vai sair da base do Governo, você não pode escolher Antônio Carlos Magalhães. Tancredo disse: olha Ulisses você pode romper comigo, eu rompo com você, rompo com o PMDB, rompo com o Papa, mas não rompo com o Doutor Roberto Marinho. E nomeou o Antônio Carlos Magalhães Ministro das Comunicações.

Mas, antes de nomear, eu conto aqui no meu livro, teve uma reunião no gabinete do Roberto Marinho, lá na Vênus Platinada, na Gávea, no Rio de Janeiro, diante da Lagoa Rodrigo de Freitas e do Jardim Botânico, uma vista deslumbrante. Tancredo, Antônio Carlos Magalhães e Roberto Marinho. Tancredo se vira para Roberto Marinho e diz assim: Roberto, eu acho que você deveria anunciar que o Ministro será o Antônio Carlos Magalhães.

Imaginem bem, o futuro Presidente da República chega para o dono da "Globo" e diz que ele, dono da "Globo", é quem deveria anunciar que o Ministro das Comunicações iria ser o Antônio Carlos. O Roberto Marinho, que era mais esperto que eles dois, diz: Não, Tancredo, não. Não podemos diminuir Antônio Carlos, é você que tem de nomear, e ele nomeou.

Não quero me estender muito mais porque o Winston Churchill, o maior orador do século passado dizia que o maior desafio do orador era falar antes do jantar. Ele dizia, quando se via em circunstâncias como me vejo agora: "eu vim aqui falar para vocês. Vocês vieram aqui para me ouvir. Espero que a gente acabe ao mesmo tempo."

Sendo assim, quero concluir essas minhas breves palavras e me referir ao último documento que publico no meu livro. É um documento de 31 de outubro de 2006, anotei aqui: doze e quarenta e cinco. É um telefonema que eu recebi do Presidente Lula. Nesse momento ele estava se preparando para a campanha do 2º turno da eleição que ele ganhou do Geraldo Alckmin.

Vocês talvez não se lembrem da circunstância em que a eleição foi para o 2º turno. O Lula era favorito absoluto e desistiu de participar do debate, do último debate na "Globo". O Brasil é um país tão canalha, tão canalha, que até hoje não contestou esse rito. O último debate de uma campanha presidencial é sempre na "Globo". E a "Globo" tem um dia para editar o debate, analisar o debate e logo em seguida a eleição. Foi o que fizeram com o Collor e o Lula, em que houve uma edição criminosa do debate, e nesse dia do debate o Lula não foi.

E nesse dia apareceu na primeira página dos jornais e no "Jornal Nacional" a foto do dinheiro daqueles "aloprados" do Mercadante, que estavam envolvidos numa patranha para tirar a eleição do Serra. O Serra avisou: "Não façam isso, porque vocês vão se ferrar comigo." O que aconteceu? O dinheiro foi apreendido. Foi para o cofre do Dr. Paulo Lacerda, Diretor Geral da Polícia Federal, o último republicano que dirigiu a Polícia Federal. E, de repente, um Delegado Bruno, que ninguém sabe de onde veio, nem onde está, o Delegado Bruno aparece com uma pilha de notas na frente. É um milagre! Imaginem, é um milagre! Estava no cofre do Diretor Geral. Aparece na mesa de trabalho de um delegadozinho da Polícia Federal. Da Polícia Federal de São Paulo. Ele chama o jornalista da "Jovem Pan", uma menina da "Folha" e o da "Globo". O da "Globo" estava atrasado. E ele: "Cadê o pessoal da "Globo"? Não, tem que esperar a "Globo". Aí chegou o Rodrigo Bocardi, que hoje é apresentador do "Bom Dia Brasil", aquele bonitão, ele era repórter lá, e foi lá. E, aí, o Bruno combinou com os jornalistas: "Olha aqui, vocês dizem que roubaram da minha mesa." E eles disseram que foi roubado da mesa do delegado Bruno. Imagina: na sede da Polícia Federal em São Paulo, na mesa de um delegado, três jornalistas roubam um monte de dinheiro; e acham que essa história é crível.

Pois o que foi o "Jornal Nacional" daquela noite fatídica de sexta feira? A notícia do dinheiro e a cadeira vazia do Lula. E para não desmontar a estrutura desse jornal, a organização, para não apagar o farol da pirataria eles ignoraram um fato "irrelevante", uma notícia "desprezível": a queda de um avião da GOL, em que morreram 122 brasileiros.

Não há desculpa para essa omissão. Porque vinte minutos antes, na "Bandeirantes", o Boechat anunciou que tinha caído o avião da GOL. A "Globo News" sabia que tinha caído o avião, mandou a informação para o "Jornal Nacional". E a reação do "Jornal Nacional" foi: "Não queremos dar isso." E só foi dar notícia em um jornal extra, em uma edição

extra do "Jornal Nacional" dentro da novela, para não desmontar o golpe, para não apagar o farol e levar a eleição para o segundo turno.

Aí, o Lula me ligou: "Parabéns! Você e o Mino desvendaram a maracutaia." Eu, no meu blog, escrevi um post: "A Globo deu o primeiro golpe, falta dar o segundo.". O Mino tinha um blog no IG e fez a mesma descrição, que aquilo não passou de um golpe.

Lula: - "Vocês prestaram um serviço extraordinário, você e o Mino".

Aí eu anotei, assim, a palavra "vingança", com ponto de exclamação. Eu não sei se foi o que o Lula falou, ou se eu interpretei do Lula, sei que anotei a palavra "vingança" com ponto de exclamação.

"Por telefone eu não posso te falar", me disse o Lula. "O João Santana vai te procurar, hoje "tá" difícil, o João Santana vai te procurar para nós conversarmos sobre a democratização da imprensa, isso foi em 31 de outubro de 2006, e eu estou esperando esse telefonema do Lula até hoje.

Quando era candidato à Presidência da República, e foi por isso que o Marcos disse que eu tenho certa simpatia pelo Brizola, ele foi candidato duas vezes à Presidência da República, porque o Brizola dizia sempre no horário eleitoral gratuito:"Se eu sentar naquela cadeira" com aquele sotaque de caudilho gaúcho: "Quando eu sentar naquela cadeira, a primeira coisa que farei, na manhã do primeiro dia, será questionar aquele monopólio!" A primeira coisa na manhã do primeiro dia, será questionar aquele monopólio. A primeira coisa que o Lula fez, em janeiro de 2002, foi sentar na cadeira da Fátima Bernardes, na Bancada do "Jornal Nacional", quando a Fátima ainda não vendia presunto. A primeira coisa que a Dilma fez depois que se sentou naquela cadeira foi sentar na cadeira da Ana Maria Braga para fazer uma omelete que deu errado.

Uma parte importante e significativa desse golpe se deve à covardia do PT. Na há outra explicação. Assim como o golpe é para ferrar o povo, o PT foi e é covarde. E eu escrevi um post dizendo que a Dilma fala, fala de um crime e não identifica o criminoso.

Hoje, antes de vir para cá, eu assisti à inauguração dessa obra, que eu ia falar: fantástica, espetacular, que é o início do funcionamento de Belo Monte, que a Marina Silva tentou implodir com a ajuda de seus amigos do norte, trouxeram para cá aquele James Cameron que dirigiu o Titanic, que fez uma pajelança com os índios para impedir a construção de Belo Monte.

É uma obra fabulosa, e hoje, num discurso veemente denunciando o golpe, a certa altura ela foi interrompida pelos presentes que gritavam: "o povo não é bobo, abaixo a "Rede Globo", o povo..." A Dilma fez cara de paisagem, não sorriu, não sorriu, não fez assim... Parecia que ela estava num museu de cera. Ela não identifica a "Globo", ela fala, fala, fala do golpe, do golpe, do golpe e, em nenhum momento, ela fala da "Globo". A "Globo" é incompatível com o Regime Democrático.

(APLAUSOS)

É por isso que eu escrevi esse livro sobre o quarto poder. Segundo uma artimanha do meu capista, na verdade, é o primeiro. Porque eu acho que o poder, o primeiro poder, o único que justifica o exercício do poder é o poder do voto.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE: - Nós vamos fazer agora, no Salão Nobre, a sessão de autógrafos da obra do nosso escritor Paulo Henrique Amorim.

Registro e agradeço a presença de todos, especialmente dos membros da Mesa e de todas as entidades aqui presentes, da Frente Brasil Popular, da União Estadual dos Estudantes, da Frente Povo sem Medo, da União da Juventude Socialista, da União Brasileira de Estudantes Secundaristas - Seção Goiás, agradeço a presença do Secretário de Imprensa da Presidência da República, Senhor Olavo Noleto.

Agradeço muito a sua vinda ao nosso Estado, esperamos recebê-lo mais vezes, com essa lucidez e essa contribuição que tem dado ao povo brasileiro.

Encerro a presente Sessão, agradecendo o comparecimento das autoridades e demais pessoas que vieram abrilhantar esta solenidade, e convoco outra, Solene, para amanhã, no horário regimental.

Está encerrada a Sessão.

.....

REQUERIMENTOS DO DIA 05.05.2016

Nº 631

Requerimento n° 001/2016

Excelentíssimo Senhor HELIO DE SOUSA

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, o Deputado que o presente subscreve, ouvido em Plenário na forma regimental, requer a Vossa Excelência o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, José Eliton de Figuerêdo Junior, solicitando-lhe esforços necessários no sentido de enviar forças de segurança para o Munícipio de Itumbiara.

JUSTIFICATIVA

Tal solicitação se faz necessário, visto que a Cidade de Itumbiara tem vivido nos últimos meses uma grande onda de violência, com muitos assaltos, homicídios, latrocínios, tráfico de drogas, entre outros crimes.

Outro motivo dessa tão importante solicitação de força tarefa da segurança pública será dar mais tranquilidade a nossa sociedade, tendo em vista que nos últimos dias uma rebelião no presídio regional culminou na fuga de presos altamente perigosos, trazendo pânico às nossas famílias.

Nesse sentido, a força tarefa será de grande auxílio, objetivando amenizar a "crise ladroeira" que a cidade de Itumbiara está vivendo.

Sala das Sessões aos 05 dias do mês de Maio de 2016.

Atenciosamente,

Zé Antônio
Deputado Estadual

Nº 632
Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa de Goiás

A deputada que o presente subscreve na forma regimental e após manifestação plenária, requer a Vossa Excelência, determinar o envio desta MOÇÃO DE ELOGIO à Senhora KARLA FERNANDES GUIMARÃES, Delegada da DEIC (Delegacia Estadual de Investigações Criminais) e ao Senhor THIAGO DAMASCENO RIBEIRO, Delegado da DEIC (Delegacia Estadual de Investigações Criminais), bem como aos policiais civis ALEXANDRE RABELO SILVA, ANTÔNIO FLÁVIO VERAS E SILVA TAVARES, ANDERSON LUIZ GONÇALVES SANTANA, EDUARDO ALVES CHAVES, EDUARDO ALVES DE ARAÚJO, EDUARDO ARAÚJO PERINI, EDUARDO MIGUEL SOARES FERREIRA, GUILHERME CÂNDIDO BARROS ALVES, MANOEL MESSIAS BORGES NETO, MARCOS AURÉLIO FLORES CAVALCANTE, MARIANA GONÇALVES FERREIRA, RODRIGO DE PAULA SILVA, WATSON CORTÊS JUNIOR e WERTHER DIAS, parabenizando-os pelos relevantes serviços prestados frente à Polícia Civil do Estado de Goiás, especificamente pela atuação dos mesmos na investigação e prisão da associação criminosa que praticou crime de roubo em minha residência, na noite de 02 de maio. Solicitamos, ainda, que a presente MOÇÃO DE ELOGIO conste no prontuário de cada um deles.

JUSTIFICATIVA

Na noite do dia 02 de maio, estava com minha família em minha residência no Setor Jaó, quando fui vítima de roubo por dois assaltantes, assim como ocorre com várias famílias diariamente em nosso Estado.

A Polícia Civil prendeu, no dia 04 de maio, 06 (seis) suspeitos de serem os responsáveis pelo roubo cometido. Eles são suspeitos também de terem cometido outros roubos na região.

Os policiais citados acima agiram com rapidez e eficiência, ressaltando a importância da valorização do trabalho realizado pelos mesmos. Devem ser realizados investimentos na capacitação dos policiais civis do nosso Estado, para que os mesmos estejam sempre aptos a prestarem um serviço de qualidade aos cidadãos goianos. Além disso, é fundamental que o Estado proporcione as melhores condições de trabalho possíveis para a Polícia Civil, para que a segurança pública em Goiás não seja prejudicada.

A segurança é um dos direitos sociais elencados no art. 6º da Constituição Federal de 1988. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (art. 144).

Sala das Sessões aos de de 2016.

Atenciosamente,

Delegada Adriana Accorsi
Deputada Estadual
Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

Nº 633
Excelentíssimo Senhor Deputado
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

O Deputado que este subscreve, nos termos do regimento interno, requer a Vossa Excelência que determine a transcrição nos Anais desta Casa do Artigo: José Evaristo dos Santos: esse, sim, tem "Coração Valente", publicado no Jornal "Diário da Manhã", do dia 16 de abril do ano que segue (texto em apenso), e o respectivo envio de congratulações ao autor jornalista João Nascimento da Agência Assembleia de Notícias, pela brilhante exposição da matéria.

O registro do referido artigo mostra-se de extrema relevância, tendo em vista que enaltece os serviços prestados, à população goiana, pelo líder empresarial José Evaristo dos Santos, sobretudo em prol do fortalecimento do comércio no Estado de Goiás.

Isto posto, dada a importância da matéria sob destaque, solicita o deputado subscritor preferência no acatamento deste requerimento, adotando-se, via de consequência, as providências ora solicitadas.

Requer, ademais, que essa propositura seja endereçada ao Senhor Presidente da Fecomércio José Evaristo dos Santos.

SALA DAS SESSÕES, EM DE DE 2016.

DR. ANTONIO
DEPUTADO ESTADUAL - PR

Nº 634
Excelentíssimo Senhor Deputado
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o Plenário na forma regimental, requer a Vossa Excelência o envio de expediente ao Senhor Robson da Cunha e Senhora Simone Gomes da Cunha, ambos do Grupo Escoteiro Polivalente 3º GO e às senhoras Sandra Luzia Leite Amorim e Elizabete Luiz de Carvalho da Escola Estadual Illidia Maria Perillo Caiado, com os cordiais cumprimentos desta Casa de Leis, pela iniciativa conjunta de denominar a biblioteca da referida escola como Anita Caetano de Moraes, cuja inauguração ocorreu no dia 29 de abril próximo passado, em um reconhecimento aos serviços prestados pela professora que se dedicou por mais trinta anos a lecionar para as crianças do município.

O parlamentar subscritor, muito sensibilizado, por se tratar de homenagem a sua mãe, cumprimenta e agradece, consignando seu reconhecimento pela iniciativa, bem como destacando o trabalho dos idealizadores pela educação das crianças, servindo como exemplo para a atual e futuras gerações.

Isto posto, dada a importância da matéria sob destaque, solicita o deputado subscritor preferência no acatamento deste requerimento, adotando-se, via de consequência, as providências ora solicitadas.

Requer o encaminhamento da presente proposição aos agraciados, sendo: Grupo Escoteiro Polivalente 3º GO - Rua C-198, quadra 500, Jardim América, Goiânia, Goiás, CEP: 74.270-040; Escola Estadual Illidia Maria Perillo Caiado – Avenida João Ferreira da Cunha, s/n, Centro, Mossâmedes, CEP: 76.150-000.

SALA DAS SESSÕES, EM DE DE 2016.

DR. ANTONIO
DEPUTADO ESTADUAL PR

Nº 635
Excelentíssimo Senhor Deputado
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o Plenário na forma regimental, requer a Vossa Excelência o envio de expediente às senhoras Professora Kênia Mendanha e Coordenadora Pedagógica Andréia Euzi de Paula, ambas da Escola Municipal Pastor Albino de Senador Canedo, bem como à Secretária Municipal da Educação Marta Bueno, com os cordiais cumprimentos desta Casa de Leis, pela seleção de projeto desenvolvido na escola, para o III Seminário Final do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), em evento realizado em Caldas Novas.

Esta Casa de leis destaca que o município de Senador Canedo foi um dos selecionados para apresentação de relato de experiências em Caldas Novas. O projeto desenvolvido por três professoras usou textos literários para incentivar a es-crita e a leitura.

A Assembleia Legislativa de Goiás também cumprimenta os servidores e alunos da referida escola que participaram do projeto pedagógico. Enaltecendo aqui, a atuação da secretaria da educação que estimula e apoia projetos que aju-dam e enriquecem o conhecimento em sala de aula, como a leitura de obras literá-rias.

Isto posto, dada a importância da matéria sob destaque, solicita o deputado subscritor preferência no acatamento deste requerimento,

adotando-se, via de consequência, as providências ora solicitadas.

Requer o encaminhamento da presente proposição às agraciadas, sendo: Escola Municipal Pastor Albino – Rua JM 17, quadra FT51, lote APM 08, Jardim das Oliveiras, CEP: 75.250-000, Senador Canedo, Goiás; Secretaria Municipal da Educação de Senador Canedo: Rua Firmino Rodrigues Nascimento, qd. 1F, lt. 22, Jardim Todos os Santos, Senador Canedo/GO, CEP: 75.250-000.

SALA DAS SESSÕES, EM DE DE 2016.

DR. ANTONIO
DEPUTADO ESTADUAL - PR

Nº 636
Excelentíssimo Senhor Deputado
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o Plenário na forma regimental, requer a Vossa Excelência o envio de expediente às senhoras Professora Kênia Mendanha e Coordenadora Pedagógica Andréia Euzi de Paula, ambas da Escola Municipal Pastor Albino de Senador Canedo, bem como à Secretária Municipal da Educação Marta Bueno, com os cordiais cumprimentos desta Casa de Leis, pela seleção de projeto desenvolvido na escola, para o III Seminário Final do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), em evento realizado em Caldas Novas.

Esta Casa de leis destaca que o município de Senador Canedo foi um dos selecionados para apresentação de relato de experiências em Caldas Novas. O projeto desenvolvido por três professoras usou textos literários para incentivar a es-crita e a leitura.

A Assembleia Legislativa de Goiás também cumprimenta os servidores e alunos da referida escola que participaram do projeto pedagógico. Enaltecendo aqui, a atuação da secretaria da educação que estimula e apoia projetos que ajudam e enriquecem o conhecimento em sala de aula, como a leitura de obras literá-rias.

Isto posto, dada a importância da matéria sob destaque, solicita o deputado subscritor preferência no acatamento deste requerimento, adotando-se, via de consequência, as providências ora solicitadas.

Requer o encaminhamento da presente proposição às agraciadas, sendo: Escola Municipal Pastor Albino – Rua JM 17, quadra FT51, lote APM 08, Jardim das Oliveiras, CEP: 75.250-000, Senador Canedo, Goiás; Secretaria Municipal da Educação de Senador Canedo: Rua Firmino Rodrigues Nascimento, qd. 1F, lt. 22, Jardim Todos os Santos, Senador Canedo/GO, CEP: 75.250-000.

SALA DAS SESSÕES, EM DE DE 2016.

DR. ANTONIO
DEPUTADO ESTADUAL - PR

Nº 637
Excelentíssimo Senhor Deputado
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o Plenário na forma regimental, requer a Vossa Excelência o envio de expedientes aos senhores Governador do Estado Marconi Perillo, Secretário de Gestão e Planejamento Joaquim Mesquita, Superintendente de Gestão do Vapt Vupt Itamar Leão e Presidente da Juceg Rafael Lousa, solicitando-lhes estudos sobre a possibilidade de implantação do Vapt Vupt Empresarial no município de Trindade, atendendo assim uma reinvindicação antiga dos comerciantes, empresários e contadores do município.

Esta Casa de Leis registra, por oportuno, que a instalação da unidade Vapt Vupt Empresarial no município de Trindade trará novo ânimo para os empresários trindadenses que poderão encontram em um só lugar diversos serviços específicos para atender suas atividades produtivas, como abrir um negócio ou ter acesso ao crédito.

Ademais, espera o parlamentar que este subscreve, contar com a costumeira atenção de Vossas Excelências, determinando, ao final, a integral adoção da presente sugestão.

Isto posto, dada a importância da matéria sob destaque, solicita o deputado subscritor preferência no acatamento deste requerimento, adotando-se, via de consequência, as providências ora solicitadas.

SALA DAS SESSÕES, EM DE DE 2016.

DR. ANTONIO
DEPUTADO ESTADUAL - PR

Nº 638
Excelentíssimo Senhor
Deputado Hélio de Sousa Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o Plenário na forma regimental, requer a Vossa Excelência o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás, MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR ao Excelentíssimo Comandante Geral da Policia Militar do Estado de Goiás, Coronel DIVINO ALVES DE OLIVEIRA e ao Excelentíssimo Secretário de Segurança Publica e administração Penitenciária JOSÉ ELITON DE FIGUERÊDO JÚNIOR, solicitando-lhes que, fazendo uso de suas atribuições legais e constitucionais, para que seja reforçado o efetivo da Policia Militar do Estado de Goiás no Município de GUAPÓ – Goiás.

Faz-se necessário o fortalecimento do policiamento deste município, pois tem se notado o aumento de assaltos aos comerciantes e a população que ali reside, garantindo a segurança patrimonial e da integridade física.

Nesta conformidade, dada a relevância e a oportunidade da postulação, aguarda o subscritor a aprovação do que requerido fica.

Requer urgência e preferência na apreciação da presente matéria.

SALA DAS SESSÕES, em de de 2016.

Bruno Peixoto
Deputado Estadual

Nº 639
Excelentíssimo Senhor
Deputado Hélio de Sousa Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o Plenário na forma regimental, requer a Vossa Excelência o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás, MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR ao Excelentíssimo Comandante Geral da Policia Militar do Estado de Goiás, Coronel DIVINO ALVES DE OLIVEIRA e ao Excelentíssimo Secretário de Segurança Publica e administração Penitenciária JOSÉ ELITON DE FIGUERÊDO JÚNIOR, solicitando-lhes que, fazendo uso de suas atribuições legais e constitucionais, para que seja reforçado o efetivo da Policia Militar do Estado de Goiás no Município de CARMO DO RIO VERDE – Goiás.

Faz-se necessário o fortalecimento do policiamento deste município, pois tem se notado o aumento de assaltos aos comerciantes e a população que ali reside, garantindo a segurança patrimonial e da integridade física.

Nesta conformidade, dada a relevância e a oportunidade da postulação, aguarda o subscritor a aprovação do que requerido fica.

Requer urgência e preferência na apreciação da presente matéria.

SALA DAS SESSÕES, em de de 2016.

Bruno Peixoto
Deputado Estadual

Nº 640
Excelentíssimo Senhor
Deputado Hélio de Sousa Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o Plenário na forma regimental, requer a Vossa Excelência o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás, MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR ao Excelentíssimo Comandante Geral da Policia Militar do Estado de Goiás, Coronel DIVINO ALVES DE OLIVEIRA e ao Excelentíssimo Secretário de Segurança Publica e administração Penitenciária JOSÉ ELITON DE FIGUERÊDO JÚNIOR, solicitando-lhes que, fazendo uso de suas atribuições legais e constitucionais, para que seja reforçado o efetivo da Policia Militar do Estado de Goiás no Município de MAMBAÍ – Goiás.

Faz-se necessário o fortalecimento do policiamento deste município, pois tem se notado o aumento de assaltos aos comerciantes e a população que ali reside, garantindo a segurança patrimonial e da integridade física.

Nesta conformidade, dada a relevância e a oportunidade da postulação, aguarda o subscritor a aprovação do que requerido fica.

Requer urgência e preferência na apreciação da presente matéria.

SALA DAS SESSÕES, em de de 2016.

Bruno Peixoto
Deputado Estadual

Nº 641
Excelentíssimo Senhor
Deputado Hélio de Sousa Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o Plenário na forma regimental, requer a Vossa Excelência o envio de expediente ao

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás, MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR ao Excelentíssimo Comandante Geral da Policia Militar do Estado de Goiás, Coronel DIVINO ALVES DE OLIVEIRA e ao Excelentíssimo Secretário de Segurança Publica e administração Penitenciária JOSÉ ELITON DE FIGUERÊDO JÚNIOR, solicitando-lhes que, fazendo uso de suas atribuições legais e constitucionais, para que seja reforçado o efetivo da Policia Militar do Estado de Goiás no Município de GUARANÍ DE GOIÁS – Goiás.

Faz-se necessário o fortalecimento do policiamento deste município, pois tem se notado o aumento de assaltos aos comerciantes e a população que ali reside, garantindo a segurança patrimonial e da integridade física.

Nesta conformidade, dada a relevância e a oportunidade da postulação, aguarda o subscritor a aprovação do que requerido fica.

Requer urgência e preferência na apreciação da presente matéria.

SALA DAS SESSÕES, em de de 2016.

Bruno Peixoto
Deputado Estadual

Nº 642
Excelentíssimo Senhor
Deputado Hélio de Sousa Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o Plenário na forma regimental, requer a Vossa Excelência o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás, MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR ao Excelentíssimo Comandante Geral da Policia Militar do Estado de Goiás, Coronel DIVINO ALVES DE OLIVEIRA e ao Excelentíssimo Secretário de Segurança Publica e administração Penitenciária JOSÉ ELITON DE FIGUERÊDO JÚNIOR, solicitando-lhes que, fazendo uso de suas atribuições legais e constitucionais, para que seja reforçado o efetivo da Policia Militar do Estado de Goiás no Município de FORMOSO – Goiás.

Faz-se necessário o fortalecimento do policiamento deste município, pois tem se notado o aumento de assaltos aos comerciantes e a população que ali reside, garantindo a segurança patrimonial e da integridade física.

Nesta conformidade, dada a relevância e a oportunidade da postulação, aguarda o subscritor a aprovação do que requerido fica.

Requer urgência e preferência na apreciação da presente matéria.

SALA DAS SESSÕES, em de de 2016.

Bruno Peixoto
Deputado Estadual

Nº 643
Excelentíssimo Senhor
Deputado Hélio de Sousa Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o Plenário na forma regimental, requer a Vossa Excelência o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás, MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR ao Excelentíssimo Comandante Geral da Policia Militar do Estado de Goiás, Coronel DIVINO ALVES DE OLIVEIRA e ao Excelentíssimo Secretário de Segurança Publica e administração Penitenciária JOSÉ ELITON DE FIGUERÊDO JÚNIOR, solicitando-lhes que, fazendo uso de suas atribuições legais e constitucionais, para que seja reforçado o efetivo da Policia Militar do Estado de Goiás no Município de ESTRELA DO NORTE – Goiás.

Faz-se necessário o fortalecimento do policiamento deste município, pois tem se notado o aumento de assaltos aos comerciantes e a população que ali reside, garantindo a segurança patrimonial e da integridade física.

Nesta conformidade, dada a relevância e a oportunidade da postulação, aguarda o subscritor a aprovação do que requerido fica.

Requer urgência e preferência na apreciação da presente matéria.

SALA DAS SESSÕES, em de de 2016.

Bruno Peixoto
Deputado Estadual

Nº 644
Excelentíssimo Senhor
Deputado Hélio de Sousa Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o Plenário na forma regimental, requer a Vossa Excelência o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás, MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR ao

Excelentíssimo Comandante Geral da Policia Militar do Estado de Goiás, Coronel DIVINO ALVES DE OLIVEIRA e ao Excelentíssimo Secretário de Segurança Publica e administração Penitenciária JOSÉ ELITON DE FIGUERÊDO JÚNIOR, solicitando-lhes que, fazendo uso de suas atribuições legais e constitucionais, para que seja reforçado o efetivo da Policia Militar do Estado de Goiás no Município de SANCLERLÂNDIA – Goiás.

Faz-se necessário o fortalecimento do policiamento deste município, pois tem se notado o aumento de assaltos aos comerciantes e a população que ali reside, garantindo a segurança patrimonial e da integridade física.

Nesta conformidade, dada a relevância e a oportunidade da postulação, aguarda o subscritor a aprovação do que requerido fica.

Requer urgência e preferência na apreciação da presente matéria.

SALA DAS SESSÕES, em de de 2016.

Bruno Peixoto
Deputado Estadual

Nº 645
Excelentíssimo Senhor
Deputado Hélio de Sousa Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o Plenário na forma regimental, requer a Vossa Excelência o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás, MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR ao Excelentíssimo Comandante Geral da Policia Militar do Estado de Goiás, Coronel DIVINO ALVES DE OLIVEIRA e ao Excelentíssimo Secretário de Segurança Publica e administração Penitenciária JOSÉ ELITON DE FIGUERÊDO JÚNIOR, solicitando-lhes que, fazendo uso de suas atribuições legais e constitucionais, para que seja reforçado o efetivo da Policia Militar do Estado de Goiás no Município de ANICUNS – Goiás.

Faz-se necessário o fortalecimento do policiamento deste município, pois tem se notado o aumento de assaltos aos comerciantes e a população que ali reside, garantindo a segurança patrimonial e da integridade física.

Nesta conformidade, dada a relevância e a oportunidade da postulação, aguarda o subscritor a aprovação do que requerido fica.

Requer urgência e preferência na apreciação da presente matéria.

SALA DAS SESSÕES, em de de 2016.

Bruno Peixoto
Deputado Estadual

Nº 646
Excelentíssimo Senhor
Deputado Hélio de Sousa Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o Plenário na forma regimental, requer a Vossa Excelência o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás, MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR ao Excelentíssimo Comandante Geral da Policia Militar do Estado de Goiás, Coronel DIVINO ALVES DE OLIVEIRA e ao Excelentíssimo Secretário de Segurança Publica e administração Penitenciária JOSÉ ELITON DE FIGUERÊDO JÚNIOR, solicitando-lhes que, fazendo uso de suas atribuições legais e constitucionais, para que seja reforçado o efetivo da Policia Militar do Estado de Goiás no Município de NOVA AURORA – Goiás.

Faz-se necessário o fortalecimento do policiamento deste município, pois tem se notado o aumento de assaltos aos comerciantes e a população que ali reside, garantindo a segurança patrimonial e da integridade física.

Nesta conformidade, dada a relevância e a oportunidade da postulação, aguarda o subscritor a aprovação do que requerido fica.

Requer urgência e preferência na apreciação da presente matéria.

SALA DAS SESSÕES, em de de 2016.

Bruno Peixoto
Deputado Estadual

Nº 647
Excelentíssimo Senhor
Deputado Hélio de Sousa Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o Plenário na forma regimental, requer a Vossa Excelência o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás, MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR ao Excelentíssimo Comandante Geral da Policia Militar do Estado de Goiás, Coronel DIVINO ALVES DE OLIVEIRA e ao Excelentíssimo Secretário de Segurança Publica e administração Penitenciária JOSÉ ELITON DE FIGUERÊDO JÚNIOR,

solicitando-lhes que, fazendo uso de suas atribuições legais e constitucionais, para que seja reforçado o efetivo da Policia Militar do Estado de Goiás no Município de PALESTINA DE GOIÁS – Goiás.

Faz-se necessário o fortalecimento do policiamento deste município, pois tem se notado o aumento de assaltos aos comerciantes e a população que ali reside, garantindo a segurança patrimonial e da integridade física.

Nesta conformidade,dada a relevância e a oportunidade da postulação, aguarda o subscritor a aprovação do que requerido fica.

Requer urgência e preferência na apreciação da presente matéria.

SALA DAS SESSÕES, em de de 2016.

Bruno Peixoto
Deputado Estadual

Nº 648
Excelentíssimo Senhor
Deputado Hélio de Sousa Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o Plenário na forma regimental, requer a Vossa Excelência o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás, MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR ao Excelentíssimo Comandante Geral da Policia Militar do Estado de Goiás, Coronel DIVINO ALVES DE OLIVEIRA e ao Excelentíssimo Secretário de Segurança Publica e administração Penitenciária JOSÉ ELITON DE FIGUERÊDO JÚNIOR, solicitando-lhes que, fazendo uso de suas atribuições legais e constitucionais, para que seja reforçado o efetivo da Policia Militar do Estado de Goiás no Município de UIRAPURU – Goiás.

Faz-se necessário o fortalecimento do policiamento deste município, pois tem se notado o aumento de assaltos aos comerciantes e a população que ali reside, garantindo a segurança patrimonial e da integridade física.

Nesta conformidade, dada a relevância e a oportunidade da postulação, aguarda o subscritor a aprovação do que requerido fica.

Requer urgência e preferência na apreciação da presente matéria.

SALA DAS SESSÕES, em de de 2016.

Bruno Peixoto
Deputado Estadual

Nº 649
Excelentíssimo Senhor
Deputado Hélio de Sousa Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

O Deputado que o presente subscreve, ouvido o Plenário na forma regimental, requer a Vossa Excelência o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Goiás, MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR ao Excelentíssimo Comandante Geral da Policia Militar do Estado de Goiás, Coronel DIVINO ALVES DE OLIVEIRA e ao Excelentíssimo Secretário de Segurança Publica e administração Penitenciária JOSÉ ELITON DE FIGUERÊDO JÚNIOR, solicitando-lhes que, fazendo uso de suas atribuições legais e constitucionais, para que seja reforçado o efetivo da Policia Militar do Estado de Goiás no Município de HIDROLINA – Goiás.

Faz-se necessário o fortalecimento do policiamento deste município, pois tem se notado o aumento de assaltos aos comerciantes e a população que ali reside, garantindo a segurança patrimonial e da integridade física.

Nesta conformidade, dada a relevância e a oportunidade da postulação, aguarda o subscritor a aprovação do que requerido fica.

Requer urgência e preferência na apreciação da presente matéria.

SALA DAS SESSÕES, em de de 2016.

Bruno Peixoto
Deputado Estadual

Nº 650
EXCELENTÍSSIMO SENHOR
DEPUTADO HÉLIO DE SOUSA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS
REQUERIMENTO N° 011/2016

REQUER A RECONSTRUÇÃO DA GO-415, ENTRE O TREVO DA GO-457, ATÉ A CIDADE DE GOIANÁPOLIS/GO.

O Deputado que este subscreve, com amparo no Regimento Interno, requer a Vossa Excelência que se digne a endereçar expediente ao Excelentíssimo Senhor JAYME EDUARDO RINCON, Presidente da AGETOP – Agência Goiana

de Transporte e Obras, solicitando a reconstrução da GO-415, atualmente em péssimo estado, entre o Trevo da GO-457, até a cidade de Goianápolis/ GO.

Sala das Sessões, aos __dias do mês de_ de 2016.

HENRIQUE ARANTES
DEPUTADO ESTADUAL PTB-GO
1º SECRETÁRIO

Nº 651
Excelentíssimo Senhor
Deputado Hélio de Sousa Presidente da Assembleia Legislativa de Goiás

O Deputado que este subscreve, em conformidade com os termos regimentais, requer a Vossa Excelência que seja encaminhado expediente com votos de Congratulações e Aplausos, ao Ten. Cel. Adalberto da Silva Quixabeira, do 6º Comando Regional da Polícia Militar, onde tem desempenhado seu papel com grande presteza e competência, sendo reconhecido principalmente na região Sul de Goiás.

Atuante, foi comandante da 29º BPM de Goiatuba, Colégio Militar Dionária Rocha e o 5º BPM, ambos de Itumbiara. enaltecido na região Sul, pela segurança à população tem também seu lado forte e motivador aos outros soldados da corporação.

Portanto, pelo seu amor e respeito ao trabalho e sucesso à frente do Comando, parabenizamos pelo seu compromisso com nossa região.

Sala das Sessões, de Maio de 2016.

Deputado ÀLVARO GUIMARÃES

Nº 652
Excelentíssimo Senhor
Deputado Hélio de Sousa Presidente da Assembleia Legislativa de Goiás

O Deputado que este subscreve, em conformidade com os termos regimentais, requer a Vossa Excelência que seja encaminhado expediente com votos de Congratulações e Aplausos, ao Ten. Cel. Daniel Gomes Pereira, do 5º Batalhão da Polícia Militar de Itumbiara, onde tem desempenhado seu papel com grande presteza e competência.

Atua e desenvolve excelentes ações em defesa à população visando proteger e manter a ordem da nossa cidade de Itumbiara.

Portanto, pelo seu amor e respeito ao trabalho, sucesso à frente do 5º BPM parabenizamos pelo seu compromisso com nossa região.

Sala das Sessões, de Maio de 2016.

Deputado ÀLVARO GUIMARÃES

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 151 DE 05 DE MAIO DE 2016.

Concede Título Honorífico de Cidadania que Especifíca

AASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do artigo 10 da Constituição Estatual, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica concedido o Título Honorífico de Cidadão Goiano ao Senhor MOHAMAD kHODR.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua prublicação.

SALA DAS SESSÕES, em de de 2016.

HELIO DE SOUSA
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O libanês naturalizado brasileiro Mohamed Khodr nasceu em 18 de novembro de 1926, na cidade de Ain Ata, situada no Líbano. casado, o empresário do ramo imobiliário atualmente reside em Brasília.

Em 1952, Mohamed se estabeleceu em Goiânia - Go, onde fundou a loja Casa Primavera, especializada em tecidos e artigos para noivas. Já em 1960, juntamente com a transferência da Capital, o empresário se transferiu para Brasília, onde fundou uma das lojas ícones da nova capital, atuando no ramos de confecções por 30 (trinta) anos. A partir da década de 1980, passou atuar no ramo de construção, incorporação e administração de imóveis.

Em sua trajetória, Khodr participou da fundação e da manutenção de várias Associações, dentre elas, a Associação Comercial do Distrito Federal, a diretoria do Clube Monte Líbano de Brasília e foi sócio - fundador da loja Maçônica Abrigo do Cedro, entre outras.

Mohamed representa com glória os libaneses domiciliados no Brasil e merece tal honraria.

Pelo exposto, é que o autor da proposição, acredita ser justo a outorga deste título que o torna ciadão goiano.

DEPUTADO HELIO DE SOUSA

PROJETO DE LEI Nº 152 DE 05 DE MAIO DE 2016.

Declara de utilidade pública a entidade que especifica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do artigo 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o PROJETO SUPRIR, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 23.282.807/0001-60, com sede no Município de Trindade - GO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, EM DE DE 2016.

DR. ANTONIO
DEPUTADO ESTADUAL - PR

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei justifica-se diante do fato de que a entidade beneficiada preenche todos os requisitos estabelecidos na LEI Nº 7.371, DE 20 DE AGOSTO DE 1.971, e, principalmente, ante a relevância dos serviços que presta à sociedade goiana.

A entidade em tela, denominada Projeto Suprir, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro em Trindade, Estado de Goiás, tendo como principais finalidades: a promoção da assistência social, da cultura, da educação, da saúde, do desenvolvimento econômico e social e do combate à pobreza, garantindo qualidade de vida às crianças, adolescentes, idosos e gestantes em situação de vulnerabilidade e risco.

Com essas considerações, conto com a aprovação da presente propositura por parte dos Nobres Pares com assento nesta Augusta Assembleia Legislativa.

SALA DAS SESSÕES, EM DE DE 2016.

DR. ANTONIO
DEPUTADO ESTADUAL - PR

PROJETO DE LEI Nº 153 DE 05 DE MAIO DE 2016.

"Determina que em cinemas, teatros e demais eventos culturais do calendário oficial no âmbito do Estado de Goiás, sejam realizadas propagandas educativas no combate ao Aedes Aegypti.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica obrigado aos cinemas, teatros e demais eventos culturais no âmbito do Estado de Pernambuco a realizarem propagandas educativas no combate ao Aedes Aegypti.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, em de de 2016.

LINCOLN TEJOTA
Deputado Estadual – PSD

J U S T I F I C A T I V A

Levando em conta o aumento da proliferação do mosquito Aedes aegypti em todo o país, reforça a importância da população no combate ao inseto, que é causador da Dengue, Chikungunya e transmissor do Zika Vírus.

Dados do Ministério da Saúde apontam que 90% dos focos do mosquito estão dentro dos domicílios e, destes, 80% são em reservatórios de água. A orientação é de que as pessoas não acumulem lixo nem água para evitar criadouros do mosquito. Destacamos que a cooperação da comunidade é fundamental tendo em vista que a maior incidência de criadouros é nas residências.

A propaganda nos cinemas, teatros e demais eventos culturais no âmbito do Estado de Pernambuco a realizarem propagandas educativas no combate ao Aedes é de grande importância para conscientização e pôr fim ao vetor que vem causando tantos problemas à população.

Proposição, portanto que merece o apoio dos ilustres Pares.

LINCOLN TEJOTA
Deputado Estadual – PSD

PROJETO DE LEI Nº 154 DE 05 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre o descarte ambientalmente adequado de filmes de radiografia usados no âmbito do Estado de Goiás e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As instituições públicas e privadas responsáveis pela realização de exames de radiografia e os profissionais de radiologia, de medicina e de odontologia deverão orientar pacientes e clientes sobre os riscos de dano ao meio ambiente decorrentes do descarte inadequado de filmes radiográficos usados.

Art. 2º As instituições públicas e privadas de que trata esta Lei deverão dispor em suas instalações recipientes coletores de filmes radiográficos usados, a fim de lhes dar destinação ambiental adequada.

Art. 3º O Poder Público estimulará a utilização de procedimentos menos invasivos na realização de exames de imagem para diagnóstico e o uso de radiografias digitalizadas, quando couber.

Art. 4º O descumprimento desta Lei sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas na Lei federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, EM DE DE 2016.

Manoel de Oliveira
Deputado Estadual

Justificativa

Apesar da importância da radiografia em várias áreas da saúde, os filmes dessa técnica de exame de imagem quando descartados sem o devido cuidado degradam o meio ambiente e colocam em risco a saúde da população.

As radiografias são feitas a partir de uma chapa de um plástico denominada acetato. O plástico é um derivado direto do petróleo, cuja extração traz problemas ambientais em termos de gases estufa. Além disso, esse material demora mais de cem anos para se decompor na natureza gerando riscos para o meio ambiente. Ademais, essa placa é coberta por uma fina camada de grãos de prata, um metal pesado, altamente poluente e prejudicial à saúde, que quando acumulado no organismo causa problemas renais, motores e neurológicos. Sua liberação no ambiente é proibida pelas normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

A reciclagem das chapas de raios-x é uma das alternativas para reduzir os danos causados ao meio ambiente e à saúde humana. Esse processo evita que os componentes tóxicos contaminem o meio ambiente e possibilita a reutilização dos materiais envolvidos.

Outra alternativa a ser utilizada é a geração de imagens digitais, deste modo os tradicionais exames de raios-x podem ser feitos e processados pelo computador. Nos exames radiológicos utilizam-se equipamentos de digitalização de imagens e o paciente é submetido a baixas doses de radiação.

Na radiologia digital, o filme convencional é substituído por uma película sensível aos raios-x, que é lida por um equipamento moderno de computação e gera uma imagem de alta resolução. Os exames feitos a partir desta tecnologia produzem imagens de alta qualidade, que proporcionam maior visibilidade na detecção de patologias, diminuindo assim, a repetição de exames e a exposição dos pacientes à radiação ionizante.

Desta forma, as imagens dos exames podem ser armazenados em CDs, servidores digitais ou discos rígidos, não correndo o risco de serem destinados aos aterros sanitários e contaminando o meio ambiente.

PROJETO DE LEI Nº 155 DE 05 DE MAIO DE 2016.

Declara de utilidade pública a entidade que especifica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DA CRIANÇA NOSSA SENHORA

DAS GRAÇAS (ACNSG) inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n° 16.721.079/0001-80, com sede na Rua Monsenhor Confúcio, esquina com a rua 'F-A', quadra 13, S/N. Setor Centro Oeste. CEP: 74.550-160. Município de Goiânia-GO.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PLENÁRIO GETULINO ARTIAGA - PALÁCIO ALFREDO NASSER, em DE DE 2016.

Luis Cesar Bueno
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

Iniciamos nossa justificativa informando que a ASSOCIAÇÃO DA CRIANÇA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS (ACNSG), com sede e foro à Rua Monsenhor Confúcio (ou Rua 504) esquina com a Rua F-A, Qd. 13, s/n, Setor Centro-Oeste, CEP 74.550-160, Goiânia - Goiás, é uma Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins econômicos; com finalidade filantrópica, assistencial, promocional, recreativo e educacional; sem cunho político ou partidário.

A ACNSG foi fundada em 03 de janeiro de 2012, pelos associados que assinaram a lista de presença da fundação, especialmente pelas pessoas que integram a comunidade da Paróquia Nossa Senhora das Graças da Arquidiocese de Goiânia. A Associação tem por finalidade o resgate e a promoção do valor e a dignidade do ser humano carente, em particular das crianças; além de incentivar a educação orientando e apoiando as crianças carentes de recursos financeiros.

A disponibilização de nutrição básica, de atividades recreativas e culturais e, ainda, de noções básicas de higiene; também é uma preocupação da ACNSG que desenvolve junto às famílias das crianças, um trabalho de promoção humana e conscientização. O compromisso que a Associação da Criança Nossa Senhora das Graças assumiu para com a sociedade tem se mostrado sério e concreto ao longo dos anos.

Acredita que o compromisso comunitário deve ser utilizado como meio de ferramenta apta a ensejar um efeito multiplicador fazendo com que os membros da comunidade possam se sentir corresponsáveis pela ACNSG e ao mesmo tempo, conscientes da sua dignidade como pessoa humana.

Atendendo a faixa etária de crianças de seis (06) meses a cinco (05) anos e onze (11) meses de idade, a Associação além de dar assistência às famílias da comunidade local também se disponibiliza a assistir as famílias residentes nas proximidades, preferencialmente as de renda mensal inferior a dois (2) salários mínimos.

No desenvolvimento de suas atividades, a Associação da Criança Nossa Senhora das Graças não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo, religião ou pessoas com necessidades físicas. Aos diretores e conselheiros, bem como as dos associados, é vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem devendo todos os trabalhos serem prestados de forma inteiramente gratuita.

Vale ressaltar que A ACNSG contará com um número ilimitado de associados, podendo filiar-se somente maiores de dezoito (18) anos, que serão admitidos, a juízo da diretoria, dentre pessoas idôneas. A admissão dos associados se dará independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa, e para seu ingresso, o interessado deverá preencher ficha de inscrição, e submetê-la a aprovação da Diretoria, que observará os seguintes critérios:

I - Apresentar a cédula de identidade, CPF e outros documentos;
II - Concordar com o presente estatuto, e expressar em sua atuação na entidade e fora dela, os princípios nele definidos.
III - Ter idoneidade moral e reputação ilibada;
IV - Em caso de associado contribuinte, assumir o compromisso de honrar pontualmente com as contribuições associativas.

O dever de cumprir e fazer cumprir todo o disposto no Estatuto; o respeito e o devido cumprimento das decisões da Assembleia Geral; o zelo pelo bom nome da ACNSG; a defesa do patrimônio e dos interesses da ACNSG; o cumprimento do disposto no regimento interno; o comparecimento às reuniões e o pleno exercício do direito ao voto por ocasião das eleições são alguns dos deveres impostos a todos os associados.

Pelo exposto, a presente proposição tem relevância, motivo pelo qual requer se aprovação da matéria.

PLENÁRIO GETULINO ARTIAGA - PALÁCIO ALFREDO NASSER , em DE DE 2016.

Luis Cesar Bueno
Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 156 DE 05 DE MAIO DE 2016.

Declara de utilidade pública a entidade que especifica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO MULHERES DE PAZ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 18.273.746/0001-34, com sede no município de Jaraguá-GO.

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, aos 05 (cinco) dias do mês de Maio de 2016.

VIRMONDES CRUVINEL
Deputado Estadual - PPS

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei justifica-se diante do fato de que a entidade ora pleiteante do benefício da Utilidade Pública Estadual preenche todos os requisitos estabelecidos na Lei n° 7.371, de 20 de agosto de 1.971 que "Baixa normas para declaração, como de utilidade pública, das entidades civis constituídas no Estado", e, principalmente, ante a relevância dos serviços que presta à sociedade goiana.

A entidade em lume é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem finalidade econômica, que desenvolve o apoio a toda classe de mulheres em situação de risco, com recursos próprios ou obtidos por doações ou empréstimos e proporcionar aos associados e aos seus dependentes, atividades econômicas, sociais e assistenciais.

Em anexo a este projeto, segue os documentos que atendem aos preceitos do art. 1º da lei supramencionada que disciplina:

Art. 1º - As sociedades civis, as associações e as fundações, constituídas no Estado de Goiás com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade, podem ser declaradas de utilidade pública se provarem:

a) - que possuem personalidade jurídica;
b) - que estão em efetivo funcionamento e servem desinteressadamente à coletividade, e
c) - que os cargos de sua diretoria não são remunerados.

Com essas breves considerações, bem como com o atendimento dos requisitos de ordem legal, conto com a aprovação da presente propositura por parte dos Nobres Pares com assento nesta Augusta Assembleia Legislativa.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, aos 05 (cinco) dias do mês de Maio de 2016.

VIRMONDES CRUVINEL
Deputado Estadual - PPS

.....

ATOS DA ASSEMBLEIA

DECRETO ADMINISTRATIVO DE 05 DE MAIO DE 2016

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais, resolve considerar **NOMEADO**, a partir de 1º de maio do ano em curso, **CARLOS ALBERTO MONTEIRO FRAZÃO**, no cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR NÍVEL VIII – ANI-8, com lotação na Diretoria Geral.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 05 de maio de 2016.

Deputado HELIO DE SOUSA
PRESIDENTE

DECRETO ADMINISTRATIVO DE 05 DE MAIO DE 2016

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais, resolve **EXONERAR**, a partir de 06 de maio do ano em curso, **WAGNER LUIZ GONZAGA**, do cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR NÍVEL I – ANI-1.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 05 de maio de 2016.

Deputado HELIO DE SOUSA
PRESIDENTE

DECRETO ADMINISTRATIVO DE 05 MAIO DE 2016

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais, resolve **TORNAR SEM**

EFEITO O DECRETO ADMINISTRATIVO DE 14 DE ABRIL DE 2016, que ATRIBUIU a partir de 1º de maio do ano em curso, a **JESUS CARLOS DE BRITO ALVES**, a Gratificação de Representação de Secretário Parlamentar FGSP-03, para servir junto ao Gabinete do Deputado HELIO DE SOUSA.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 05 de maio de 2016.

Deputado HELIO DE SOUSA
PRESIDENTE

Processo n° : 2016000722
Autor : Divisão de Apoio Financeiro
Assunto : Solicita contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação, assistência, manutenção e atualização de software

RATIFICAÇÃO

Tendo em vista o que consta do presente processo, especialmente o parecer da Coordenadoria de Contratos, Convênios e Projetos Institucionais, e notadamente a declaração da Diretoria-Geral deste Poder, esta Presidência, com fulcro no art. 25, c/c inciso I da Lei Federal nº 8.666/93, **RATIFICA** a Declaração de Inexigibilidade de Licitação Pública, por inviabilidade de competição, para a contratação da empresa TOP SYSTEM INFORMÁTICA LTDA. (CNPJ: 05.965.288/0001-52), para serviços de implantação, assistência técnica, manutenção e atualização do "Sistema de Gerenciamento de Prestação de Contas – SGPC", inclusos a cessão e a licença do uso do software respectivo, pelo prazo de 12 (doze) meses, no valor mensal de R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais) e anual de R$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais), conforme elementos constantes dos autos n° 2016000722.

PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, aos 05 dias do mês de maio de 2016.

Deputado HELIO ANTONIO DE SOUSA
Presidente

PORTARIA Nº 26.194 de 05 de Maio de 2016

Designa gestor/fiscal para o **CONTRATO** celebrado com a empresa **SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS** , e dispõe sobre as suas atribuições e responsabilidades no âmbito da Assembleia Legislativa Estado de Goiás.

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais nos termos do artigo 11 da Resolução nº 1.007/1999.

CONSIDERANDO as disposições legais contidas no art. 67 §§ 1º e 2º da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 53 da Lei 17.928, de 27 de dezembro de 2012 e art. 3o, §2o do Decreto Estadual n. 7.437, de 6 de setembro de 2011;

CONSIDERANDO que toda contratação de obra, serviço de engenharia, serviços continuados ou fornecimentos, parcelados ou não, celebrados pela Assembleia Legislativa terá obrigatoriamente a indicação de um servidor responsável pelo acompanhamento, gerenciamento físico e financeiro e fiscalização de sua execução, denominado **GESTOR/FISCAL.**

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor **MANOEL LOURENÇO CAMPOS JUNIOR,** matrícula funcional n° 2010392, como gestor/fiscal da contratação abaixo relacionada:

PROCESSO Nº: 2015004193 - AL
DATA DA APÓLICE: 07/04/2016
NÚMERO DA APÓLICE: 001950340
CONTRATADA: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
CNPJ: 33.041.062/0001-09
VALOR TOTAL: R$ 782,57 (setecentos e oitenta e dois reais e cinquenta e sete centavos)
VIGÊNCIA: Entra em vigor em 30/03/2016, vigorando até 30/03/2017.
OBJETO: Renovação da Apólice de Seguro de imóvel da Escola do Legislativo.

Parágrafo único: Designa o servidor **SILVÉRIO DOS REIS MESSIAS**, matrícula funcional n° 2010595, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do Contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 2º Sem prejuízo de outras providências que julgar oportunas, compete ao Gestor/Fiscal designado, no que couber:

I - fiscalizar, acompanhar e verificar a perfeita execução do Contrato em todas as fases;

II - supervisionar e acompanhar o

fornecimento dos produtos/serviços, verificando se a execução do Contrato encontra-se conforme as disposições estabelecidas no termo contratual e no edital e seus anexos;

III - rejeitar os produtos/serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto adquirido, notificando o fornecedor acerca da qualidade dos produtos/serviços;

IV - solicitar esclarecimentos de dúvidas relativas ao Contrato sob sua responsabilidade;

V - receber as notas fiscais/faturas conferi-las, verificando se o valor a ser pago ao fornecedor está em conformidade com o Contrato, atestá-las e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;

VI - manter controle dos pagamentos efetuados e dos saldos orçamentários, físico e financeiro do Contrato;

VII - devolver ao fornecedor, mediante recibo, as requisições e as notas fiscais/faturas em desconformidade com o Contrato;

VIII - encaminhar, via memorando, à Coordenadoria de Contratos, Convênios e Projetos Institucionais, após os contatos prévios com o fornecedor, o relato de eventuais ocorrências ou irregularidades verificadas e anotadas em registro próprio, determinando as providências que se mostrarem necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados;

IX - observar o prazo de vigência do Contrato, sob sua responsabilidade, comunicando à Divisão de Compras, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias acerca da proximidade do término da vigência, para que sejam tomadas as medidas pertinentes.

Art.3º O gestor/fiscal designado responderá aos órgãos de controle nos casos de inexatidão ou omissão na execução das tarefas que lhe são atribuídas na presente Portaria, e em especial:

I - na constatação da ocorrência de mora na execução;

II - na caracterização da inexecução ou do cumprimento irregular de cláusulas, contratuais, especificações, projetos e prazos, sem iniciativa das providências cabíveis;

III - na comunicação formal às autoridades superiores, em tempo hábil, de fatos que exijam providências da Administração ou de cuja solução ultrapasse a sua competência, para adoção das medidas cabíveis.

Art.4º Os casos omissos e as dúvidas suscitadas serão comunicados à Coordenadoria de Contratos, Convênios e Projetos Institucionais para os devidos esclarecimentos.

Art.5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

GABINETE DA DIRETORIA GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, aos 05 dias do mês de maio do ano de 2016.

FABIANO GOMES DE OLIVEIRA
Diretor Geral

.....

MESA DIRETORA

Deputado HELIO DE SOUSA
- PRESIDENTE -

Deputado HENRIQUE ARANTES
- 1º SECRETÁRIO -

Deputado MARQUINHO PALMERSTON
- 2º SECRETÁRIO -

Deputado NÉDIO LEITE
- 1º VICE-PRESIDENTE -

Deputado LINCOLN TEJOTA
- 2º VICE-PRESIDENTE -

Deputado HUMBERTO AIDAR
- 3º SECRETÁRIO -

Deputado PAULO CEZAR
- 4º SECRETÁRIO -

BIÊNIO 2015/2016

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS

GOIÂNIA - GOIÁS